

Correio

DA UNESCO

Julho-setembro 2017 • nº 2

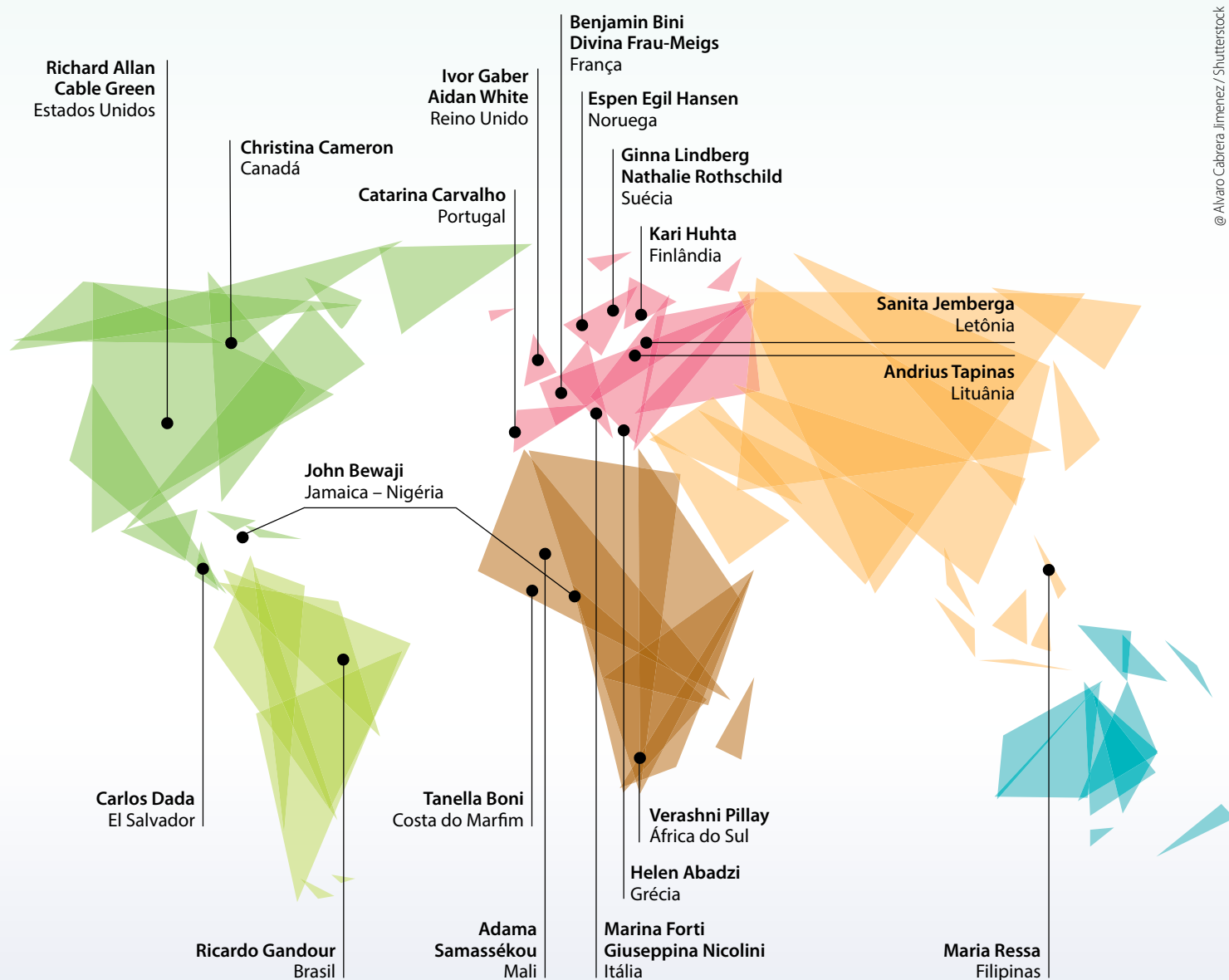
Mídia: Operação descontaminação



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

ISSN 2179-8818
01702>
9 772179 881018

Nossos colaboradores



@ Alvaro Cabrera Jimenez / Shutterstock

2017 • nº 2 • Publicado desde 1948

O *Correio da UNESCO* é publicado trimestralmente em sete línguas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A publicação promove os ideais da UNESCO por meio do compartilhamento de ideias sobre questões de interesse internacional importantes para o seu mandato.

O *Correio da UNESCO* é publicado graças ao generoso apoio da República Popular da China.

Diretor da publicação: Eric Falt

Diretor-executivo: Vincent Defourny

Diretora editorial: Jasmina Šopova

Diretor de produção e promoção: Ian Denison

Editora assistente: Katerina Markelova

Editora digital: Malahat Ibrahimova

Arquitetura digital: Denis Pitzalis

Editores das línguas:

Inglês: Shiraz Sidhva

Árabe: Anissa Barrak

Chinês: China Translation & Publishing House

Espanhol: Lucia Iglesias

Francês: Isabelle Motchane-Brun

Português: Ana Lúcia Guimarães

Russo: Marina Yaloyan

Tradução para o português: Maíra Mendes Galvão

Editora de fotografia: Danica Bijeljic

Projeto gráfico: Corinne Hayworth

Impressão: UNESCO

Foto da capa: © Selçuk

Assinatura online gratuita do Correio:
<http://en.unesco.org/courier>

Em português: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/>

Informação e direitos de reprodução:
courier@unesco.org

7, place de Fontenay, 75352 Paris 07 SP, France

© UNESCO 2017

ISSN 2179-8818 (por)



Periódico disponível em Acesso Aberto sob a licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os usuários aceitam a vinculação aos termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://en.unesco.org/open-access/>).

A presente licença se aplica exclusivamente aos textos. Para o uso de imagens, deve ser solicitada autorização prévia.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

C^oorreio

DA UNESCO



Irina Bokova,
diretora-geral da UNESCO

© Yulian Donov

Editorial

Cada nova mídia que surge desencadeia uma revolução – imprensa, rádio, televisão, internet, todas mudaram a face das sociedades, os meios pelos quais obtemos informação, como vivemos e nos organizamos.

Cada vez que surge uma nova mídia, surgem também vozes que afirmam que a nova mídia vai matar aquela que a precedeu – que o rádio vai matar a imprensa, que a televisão vai matar o rádio, que a mídia digital vai matar todas as outras. No entanto, a paisagem midiática atual também destaca exemplos de interação, complementaridade e concorrência entre os vários meios de comunicação e informação, que amplificam e respondem uns aos outros.

Nós nunca nos comunicamos tanto, e nunca em uma escala tão grande. As novas tecnologias abriram novos caminhos, possibilitando que cidadãos em todo o mundo obtenham acesso a fontes de informação mais diversas e mais numerosas, e que tenham um novo papel na produção dessa informação – tornando-se eles mesmos produtores de conteúdo. Essas novas mídias também estão criando novas barreiras e novos desafios em termos de regulamentação e ética.

De onde vem a informação? Como ela é criada? Quem garante sua qualidade? Como distinguimos entre o verdadeiro e o falso nessa teia, tecida com bilhões de pedaços de informação vindos de todas as partes? No incrível emaranhado das mídias, os papéis tradicionais de produtor, difusor e consumidor sofreram mudanças. A produção de notícias falsas e o risco de confinar o público em “bolhas de informação” geradas por algoritmos levantam novos questionamentos sobre liberdade de expressão e diversidade cultural.

A pluralidade de opiniões esclarecidas é um pré-requisito para o desenvolvimento democrático de nossas sociedades. A qualidade da informação disseminada pelos meios de comunicação – novos ou tradicionais – é decisiva no que diz respeito à formação da opinião pública. É por isso que a UNESCO coloca ênfase especial na educação sobre mídia e informação, que a Organização considera uma habilidade fundamental para os cidadãos do século XXI.

A liberdade de expressão e o livre fluxo de ideias por meio de palavras e imagens estão entre os princípios constitutivos da UNESCO e no cerne da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A UNESCO apoia o trabalho de jornalistas e ativistas dedicados que defendem liberdades fundamentais, como o jornalista Dawit Isaak, ganhador do Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa UNESCO-Guillermo Cano 2017, cuja história marca presença nesta edição de *O Correio da UNESCO*.

Ao longo da última década, mais de 800 jornalistas foram vítimas de crimes que tiveram como objetivo restringir a liberdade de expressão. Apenas um assassinato em cada dez resultou em condenação. Essa impunidade é inaceitável e alimenta ainda mais a espiral de violência no futuro. É por isso que a UNESCO está comprometida em dar um fim a esses crimes contra a imprensa, em todos os continentes, como uma condição indispensável para sociedades pacíficas que se tornam ainda mais fortes por serem mais bem informadas.

Nesta era de “pós-verdade”, a atuação da UNESCO é mais importante do que nunca, e esta edição de *O Correio* é uma oportunidade maravilhosa para renovar o nosso compromisso fundacional de dar apoio à informação e à comunicação, em prol da construção da paz nas mentes de homens e mulheres.

Irina Bokova
Diretora-geral da UNESCO

Sumário

GRANDE ANGULAR

Mídia: Operação descontaminação

- 7** **Jornalismo ético: de volta às notícias**
Aidan White
- 10** **Notícias falsas: comentários sobre um tema explosivo**
- 12** **Desenvolver o pensamento crítico contra “notícias falsas”**
Divina Frau-Meigs
- 16** **Aftenposten versus Facebook: uma polêmica esclarecedora**
Marina Yaloyan
com Egil Hansen e Richard Allan
- 20** **Salvar a mídia: a história do financiamento coletivo**
Andrius Tapinas
- 22** **Um farol, graças à internet**
Carlos Dada
- 24** **Jornalismo investigativo: contrariando as expectativas**
Sanita Jemberga



ZOOM

Meu rosto, minha terra
Katerina Markelova
e IDENTiTESproject

36-47

IDEIAS

Humanidade, ou como saciar a sede por humanidade
Adama Samassékou

37

A importância de histórias "feitas em casa"
John Bewaji

42

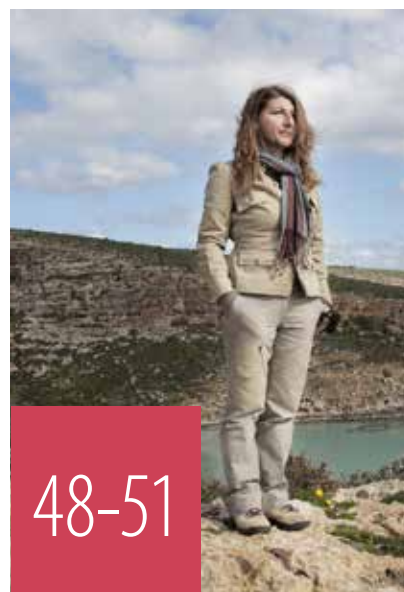
O poeta no coração da sociedade
Tanella Boni

46

52-67



48-51



NOSSA CONVIDADA

Giuseppina Nicolini: "É natural que uma ilha seja acolhedora!"
Entrevista a Marina Forti



ASSUNTOS ATUAIS

53 Dawit Isaak: um símbolo da liberdade de imprensa que precisa ser libertado
Nathalie Rothschild

56 Reconstrução: mudar atitudes
Christina Cameron

60 Alfabetização na primeira infância: a chave para a fluência
Helen Abadzi

64 Compartilhamento livre e legal para uma melhor aprendizagem
Cable Green



NOTÍCIAS

Dar voz à juventude! 68

Um novo começo para O Correio da UNESCO 70

Exposição: combate ao racismo "cotidiano" 71

68-71





Mídia: Operação descontaminação



© Lukiyanova Natalia frenta / Shutterstock

jornalismo ético de volta às notícias

por Aidan White

Hoje em dia, os principais valores do jornalismo ético são mais importantes do que nunca, em meio à nossa luta por qualidade e democracia na mídia na era digital. Enquanto novas leis podem levar, potencialmente, à censura, é essencial haver um compromisso com a ética para construir uma relação de confiança com o público.

O jornalismo está mais dinâmico do que nunca. Hoje, o negócio das notícias é cada vez mais rápido, sofre mais pressão e é infinitamente mais complexo. A mídia aprendeu da pior maneira o quanto a revolução da informação – com todas as suas qualidades libertadoras – é uma faca de dois gumes.

Apesar de as mídias serem capazes de publicar histórias em todo o mundo em questão de segundos, e de as comunicações terem o potencial de construir comunidades mais fortes, mais informadas e mais comprometidas, os modelos de negócios que financiaram o jornalismo no passado estão quebrados e, em muitos casos, sem possibilidade de conserto.

Com menos dinheiro para pagar pelo jornalismo de interesse público, as redações lutam para manter sua base ética. Problemas que sempre estiveram no radar – viés político, influência corporativa indevida, estereótipos e conflitos de interesse – agora são ampliados.

Os últimos 15 anos testemunharam um declínio dramático no jornalismo de notícias, na medida em que a tecnologia alterou a forma de as pessoas se comunicarem e o funcionamento da indústria dos meios



“Os gigantes da tecnologia que dominam o espaço público, tais como Google, Facebook, Amazon e Twitter, circulam informações em um ambiente desprovido de valores”, diz Aidan White.

de comunicação. Hoje em dia, a maioria de nós lê notícias nos telefones celulares e nas plataformas online que ficaram ricas explorando os dados pessoais do público e, ao mesmo tempo, tomando espaços de propaganda lucrativos das mídias tradicionais.

Repercussão entre jornalistas de todo o mundo

Milhares de veículos de notícias – principalmente jornais – já fecharam. Dezenas de milhares de jornalistas perderam o emprego. O acesso das pessoas a fontes confiáveis e seguras de informação se reduziu, na medida em que as fontes de notícias tradicionais – particularmente nos âmbitos local e regional – encolheram, apesar de o espaço para a liberdade de expressão ter aumentado dramaticamente.

A Rede de Jornalismo Ético (*Ethical Journalism Network* – EJNI) foi criada há cinco anos para fortalecer o jornalismo no enfrentamento dessa crise.

Como uma coalizão de mais de 60 grupos de jornalistas, editores, donos de empresas do setor e grupos de apoio à mídia, a EJNI promove treinamento e ações práticas para fortalecer a ética e a governança. Seu trabalho repercute junto a jornalistas de todo o mundo, seja desenvolvendo um teste para jornalistas expondo o discurso de ódio e diretrizes para reportagens sobre conflitos, ou produzindo relatórios sobre a cobertura das migrações.

Como a rede está enraizada na mídia, os relatórios produzidos pela EJNI, que cobrem vários países, gozam de credibilidade na área jornalística, mesmo aqueles que revelam histórias não contadas sobre a realidade do funcionamento da mídia e os desafios da autorregulação.

A EJNI percebeu neste período de incertezas que, apesar do clima político e econômico cada vez mais hostil, jornalistas de todo o mundo – da Turquia, Síria e Egito ao Paquistão, China e Indonésia – se mantêm comprometidos a relatar a verdade e a respeitar os princípios éticos.

Construção da confiança pública

Esse compromisso é um bem precioso em uma época de transformações sociais, em que a cultura global das comunicações vem sofrendo uma transição caótica. Para os que trabalham diretamente com a mídia e para qualquer pessoa que lute em prol de comunicações seguras e sólidas no futuro, a defesa e a promoção de um jornalismo ético se tornaram mais importantes do que nunca.

Notícias falsas, propaganda política e corporativa e o mau uso sem pudor dos recursos *online* são ameaças à democracia e abrem novas linhas de frente para os defensores da liberdade de expressão, formuladores de políticas e profissionais da mídia. Uma mistura tóxica de tecnologia digital, políticas inescrupulosas e exploração comercial do novo cenário das comunicações está criando fissuras de desgaste por todo o campo mais amplo da informação pública.

Com isso em mente, a EJN promoveu um novo debate sobre a necessidade de se reconhecer por que o jornalismo, que é limitado por seu arcabouço ético, é essencial para a construção da confiança pública.

Percebemos que não existe um anseio generalizado por um novo código de ética entre os meios de comunicação. Os valores centrais de exatidão, independência e jornalismo responsável – que evoluíram ao longo dos últimos 150 anos – continuam a ser tão relevantes quanto nunca, mesmo nesta época digital.

Como diz a EJN, precisamos mesmo de uma nova parceria com o público consumidor da mídia e com os formuladores de políticas, para persuadi-los de que o jornalismo ético deve ser fortalecido, e que ele pode ser usado como inspiração para novos programas que promovam a alfabetização informacional.

Princípios fundamentais

Na atualidade, não são apenas os jornalistas que têm de ser cuidadosos com a linguagem e respeitar os fatos. Todos os indivíduos que têm algo a dizer na esfera pública de informação devem demonstrar alguma contenção ética.

A EJN argumenta que os valores éticos do jornalismo, tais como comunicações com base em fatos, humanidade e respeito ao próximo, transparência e responsabilidade pelos erros, são princípios fundamentais que devem conduzir qualquer pessoa, incluindo os usuários das redes sociais e os jornalistas cidadãos. Porém, isso deve ser um processo voluntário, e não ditado por leis.

Preocupados com o mau uso dos recursos *online* e com as notícias falsas, alguns governos, até mesmo de países democráticos, já ameaçaram multar empresas de tecnologia que não tomam medidas para remover informações maliciosas e perigosas quando estas aparecem em suas plataformas. Isso poderia limitar as diferenças de opinião legítimas e a liberdade de expressão, e é cada vez mais provável que isso aconteça a não ser que essas empresas resolvam agir em prol da ética nas comunicações.

O problema é que os gigantes da tecnologia que dominam o espaço público, tais como Google, Facebook, Amazon e Twitter, circulam informações em um ambiente desprovido de valores. Eles não dão prioridade à informação como bem público, como faz o jornalismo profissional. Para eles, o jornalismo compete de igual para igual em seu *marketing* com outras informações, mesmo que estas sejam maliciosas ou abusivas.

Uso de algoritmos para atrair cliques

Usando algoritmos sofisticados e bancos de dados ilimitados que dão acesso a milhões de usuários, o modelo de negócios dessas empresas é impulsionado por um objetivo simples: incentivar as “informações virais”, que geram cliques suficientes para se tornarem veículos eficazes de propaganda digital. O que importa não é se a informação é ética, verdadeira ou honesta; o que conta é se ela é sensacionalista, provocativa e estimulante o bastante para atrair atenção.

Ainda que sejam muito sofisticados, não é possível programar robôs digitais para que

tenham valores éticos e morais. Quem melhor pode lidar com questões éticas são seres humanos conscientes – jornalistas e editores bem treinados, informados e responsáveis.

Depois de escândalos recentes – como a indignação por causa da censura de fotografias icônicas, a transmissão ao vivo de atos de tortura e assassinatos e com as grandes corporações reclamando que suas propagandas são colocadas em *sites* que pregam o terrorismo, o ódio e o abuso de menores – as empresas de tecnologia prometeram tomar atitudes. Porém, pode-se questionar: isso será suficiente?

No dia 3 de maio de 2017, o dono do Facebook, Mark Zuckerberg, prometeu empregar 3 mil revisores de conteúdo, que irão se juntar a uma “equipe de operações da comunidade” de 4,5 mil pessoas que existe na empresa –, depois da indignação decorrente da transmissão de uma série de vídeos violentos de assassinato, suicídio e estupro coletivo.

Considerando que a base de usuários do Facebook é de quase 2 bilhões de pessoas, isso significa que existe por volta de um revisor de conteúdo para cada 250 mil usuários. É uma pequena fração do que seria necessário para monitorar e controlar o aumento de conteúdo antiético e abusivo, assim como os perigos de certos tipos de propaganda ideológica e notícias falsas.

Tirar vantagem da privacidade das pessoas

Uma resposta simples seria as empresas de tecnologia aceitarem seu papel como editores e *publishers*, na era digital e usar os recursos do grande contingente de jornalistas éticos e bem informados que foram levados ao ostracismo pela revolução da informação. Sabemos que eles podem arcar com esses custos. No início de 2017, noticiou-se que o Facebook valia por volta de US\$ 400 bilhões, e que o Google vale mais do que US\$ 600 bilhões. Estão entre as empresas mais ricas do mundo.

Enquanto formuladores de políticas e magnatas da tecnologia expressam preocupação quanto a essas questões, o uso de tecnologia por políticos inescrupulosos para sabotar a democracia e interferir em eleições aumenta a cada dia. Além disso, as notícias falsas em torno de mentiras maliciosas são parte dessa estratégia.

@nickgentryart (www.nickgentry.com)



"Ainda que sejam muito sofisticados, não é possível programar robôs digitais para que tenham valores éticos e morais", explica Aidan White.

Profile Number 13
(Perfil número 13),
do artista britânico
Nick Gentry.

Recentemente, a crise foi destacada por sir Tim Berners-Lee, inventor da rede mundial de computadores (*world wide web*). O cientista e acadêmico britânico advertiu que o mundo *online* está sendo tomado por governos e por corporações digitais, e que a exploração da privacidade das pessoas está sugando a vitalidade da internet.

Sua crítica destaca a ameaça perturbadora e pernicioso do *marketing* das informações falsas na política.

Em uma carta aberta (de 12 de março de 2017, o aniversário de 28 anos da rede), Berners-Lee escreveu sobre as eleições de 2016 nos Estados Unidos: "Até 50 mil variantes de anúncios vão ao ar diariamente no Facebook, uma situação praticamente impossível de ser monitorada. E há sugestões de que algumas propagandas políticas – nos EUA e em todo mundo – estão sendo usadas de maneira antiética, para direcionar os eleitores a *sites* de notícias

falsas, por exemplo, ou para incentivar as pessoas a não irem às urnas... Isso é democracia?"

Desmascarar notícias falsas

É uma boa pergunta, que também foi feita na França na véspera das eleições presidenciais no país em maio de 2017, quando *hackers* despejaram *online* milhares de arquivos confidenciais de *e-mails*, muitos deles falsos, ligados a Emmanuel Macron, que acabou sendo eleito.

Essa montanha de informações não pôde ser examinada, verificada ou descreditada por jornalistas, porque as leis francesas proíbem a discussão pública de informações sobre a eleição nas últimas horas antes de as pessoas irem votar. Porém, isso circulou livremente pelas mídias sociais.

O processo de reportagem é difícil e acelerado, mas o jornalismo ético reconhece seus erros. Mais importante ainda, por ser fundamentado em fatos e ter motivações cívicas, ele também é um roteiro para que as políticas possam construir um espaço público de informação seguro e confiável.

Aidan White (Reino Unido) é diretor do *Ethical Journalism Network* (EJN) e autor de um livro, *To Tell You the Truth* (*Para te dizer a verdade*, em tradução livre), uma análise global das questões éticas nas notícias (2008). Ele é ex-secretário-geral da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), que chefiou por 24 anos até março de 2011. É fundador do Instituto Internacional para a Segurança da Imprensa (INSI) e do Intercâmbio Internacional para a Liberdade de Expressão (IFEX).

Notícias falsas:

comentários sobre um tema explosivo

Notícias falsas, ou desinformação, não são um fenômeno novo. Contudo, hoje em dia, com o crescimento das mídias digitais, elas se espalham fácil e rapidamente. É tarefa dos jornalistas responsáveis e das organizações de mídia confiáveis apagar as chamas desse incêndio perigoso e expor a verdade sobre o que realmente são essas notícias falsas: mentiras. O que os jornalistas pensam a respeito? Perguntamos a alguns deles.

Aidan White

Diretor da EJM

“Com cada vez mais provas de interferências em processos democráticos em todo o mundo, o debate sobre como expor e eliminar notícias falsas certamente se tornará mais intenso. Mas a discussão já é confusa devido à má compreensão do fenômeno, de suas origens e de por que representa uma ameaça, em primeiro lugar.

Para tentar delimitar o problema, a Rede de Jornalismo Ético (*Ethical Journalism Network* – EJM) desenvolveu uma definição de notícias falsas (*fake news*): ‘Informações deliberadamente fabricadas e publicadas com a intenção de enganar as pessoas e induzi-las a acreditar em falsidades ou a duvidar de fatos verificáveis’. Utilizando essa definição, é mais fácil separar propaganda ideológica, fatos ‘alternativos’ e mentiras maliciosas do jornalismo”.

Verashni Pillay

Editora-chefe,
Huffington Post, África do Sul

“As notícias falsas envenenam a atmosfera em que todos operamos. Por causa da existência das notícias falsas, o público agora duvida de todas as notícias. Isso realmente prejudicou a relação do público com a mídia”.

Kari Huhta

Editor diplomático,
Helsingin Sanomat, Finlândia

“Nós facilmente exageramos o efeito das notícias falsas sobre o jornalismo. Não quero ser leviana quanto a isso – é uma ameaça séria à sociedade e à institucionalidade. A questão das notícias falsas não é contar outra narrativa, o objetivo principal das notícias falsas é dismantelar a credibilidade das instituições, incluindo, mas não apenas o jornalismo”.

Ivor Gaber

Professor de jornalismo na
Universidade de Sussex, Reino Unido

“Sempre existiram notícias falsas – desde que as pessoas se deram conta do poder que a mídia tem de influenciar a opinião pública. No entanto, a diferença hoje em dia é que as mídias sociais e plataformas como Google e Facebook permitem que as notícias falsas se espalhem amplamente e muito mais rápido do que jamais foi possível, e esse é o problema.

As notícias falsas transformam o jornalismo, na medida em que representam um desafio real a ele, pois não é tão fácil distinguir notícias falsas de notícias verdadeiras, mas isso também torna o jornalismo ainda mais importante. Porque se existe alguém que deve denunciar as notícias falsas, esse alguém é o jornalista – quer dizer, o jornalista responsável. Eu diria que, no curto prazo, as notícias falsas são um problema para os jornalistas. Mas, no longo prazo, elas validam seu trabalho e aumentam sua importância na sociedade”.

Ricardo Gandour

Diretor de jornalismo, CBN,
rádio de notícias, Brasil

“As notícias falsas reforçam a missão tradicional do jornalismo, que é tentar iluminar a escuridão para as sociedades e para o público em geral. Nossa missão tem de ser reforçada nesse valor essencial, tentando iluminar o debate, tentando mostrar ao público onde estão os fatos reais e os debates reais”.



© Cristo Salgado

Ginna Lindberg

Diretora de notícias estrangeiras,
Empresa Sueca de Radiodifusão, Suécia

“Toda essa conversa sobre notícias falsas está afetando o público dos meios de comunicação, pois há insegurança quanto ao que é verdade e o que não é. Como jornalistas profissionais, nós temos de voltar ao que fazemos melhor – checar os fatos, exigir respostas e ter transparência quanto aos nossos métodos [de coleta de notícias]”.

Mentiras nas redes sociais.

Catarina Carvalho

Editora-chefe,
Global Media Group, Portugal

“Notícias falsas não são jornalismo. Talvez devêssemos pensar sobre o que nós [as mídias convencionais] fizemos com o jornalismo a ponto de permitir que notícias falsas se tornassem tão facilmente aceitas e tão fáceis de serem disseminadas. Eu penso que devemos olhar para dentro nós mesmos para saber se estamos fazendo as coisas certas, se estamos nos comportando da maneira certa, se procuramos ser éticos no jornalismo – isso pode impedir que as notícias falsas tenham o poder e a influência que têm, e interromper esse processo de crescimento de que gozam”.

Maria Ressa

Cofundadora e diretora da
Rappler, Filipinas

“A *Rappler*, uma rede social de notícias dedicada ao jornalismo investigativo, documentou pelo menos 300 sites que disseminam notícias falsas nas Filipinas. Uma de nossas investigações monitorou o aumento de contas suspeitas de Facebook que espalhavam notícias falsas em páginas de campanha durante as eleições de maio de 2016 no país.

Levamos cerca de três meses para checar manualmente as informações fornecidas pelas contas do Facebook e verificar que

elas eram falsas. Descobrimos que um ninho de 26 contas falsas é capaz de influenciar quase 3 milhões de páginas do Facebook. Também sabemos que, em novembro de 2016, mais ou menos 50 mil contas do Facebook podiam ser usadas em campanhas direcionadas a favor ou contra políticos ou indivíduos nas Filipinas. Outra conta falsa foi ligada a mais de 990 mil membros de grupos que apoiam um líder político, e, ainda, outra conta foi conectada a, estima-se, 3,8 milhões de membros de várias organizações filipinas no exterior e grupos de compra e venda.

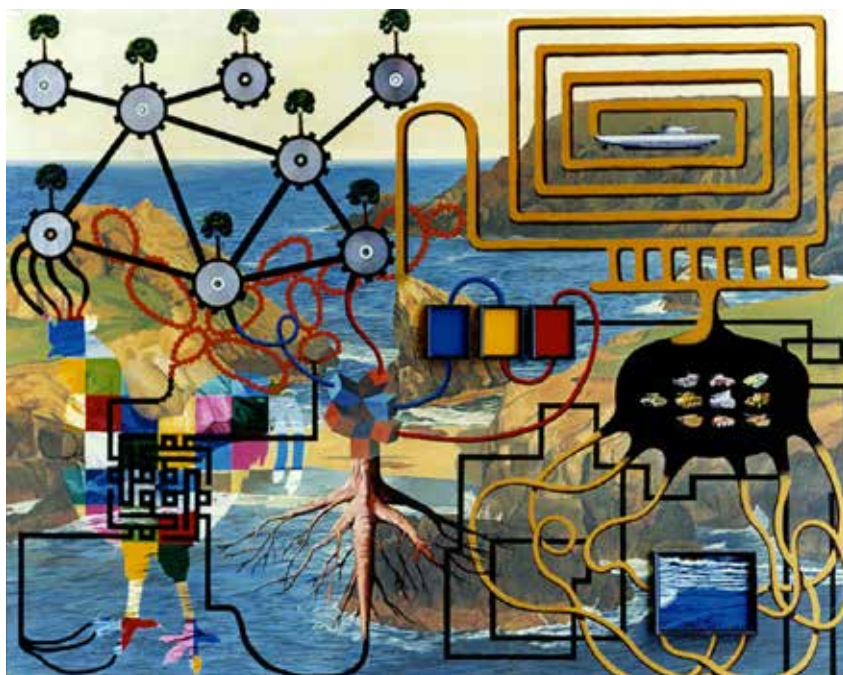
Com cerca de 54 milhões de usuários do Facebook nas Filipinas, as mídias sociais são uma arma poderosa usada para silenciar as diferenças e moldar a opinião pública. A *Rappler* passou por várias ondas de ataques via internet, vindos inclusive de contas do Facebook criadas especificamente para perseguir nossos repórteres e colaboradores.

Isso apenas nos deixou mais determinados a expor as mentiras e a impedir que elas se espalhem”.

Desenvolver o pensamento crítico contra “notícias falsas”

por Divina Frau-Meigs

Depois de passar da navegação, de bate-papos e conversas descompromissadas à coleta de dados com a intenção de manipular e desestabilizar, a transformação digital do cenário midiático ressalta a importância cada vez maior da alfabetização midiática e informacional. Essa forma de educação deve repensar a mídia e as bases políticas e éticas que a legitimam.



© Oscar Seco

La isla doblemente misteriosa (A ilha duplamente misteriosa), da série Laberintos y utopías (Labirintos e utopias), do pintor espanhol Óscar Seco.

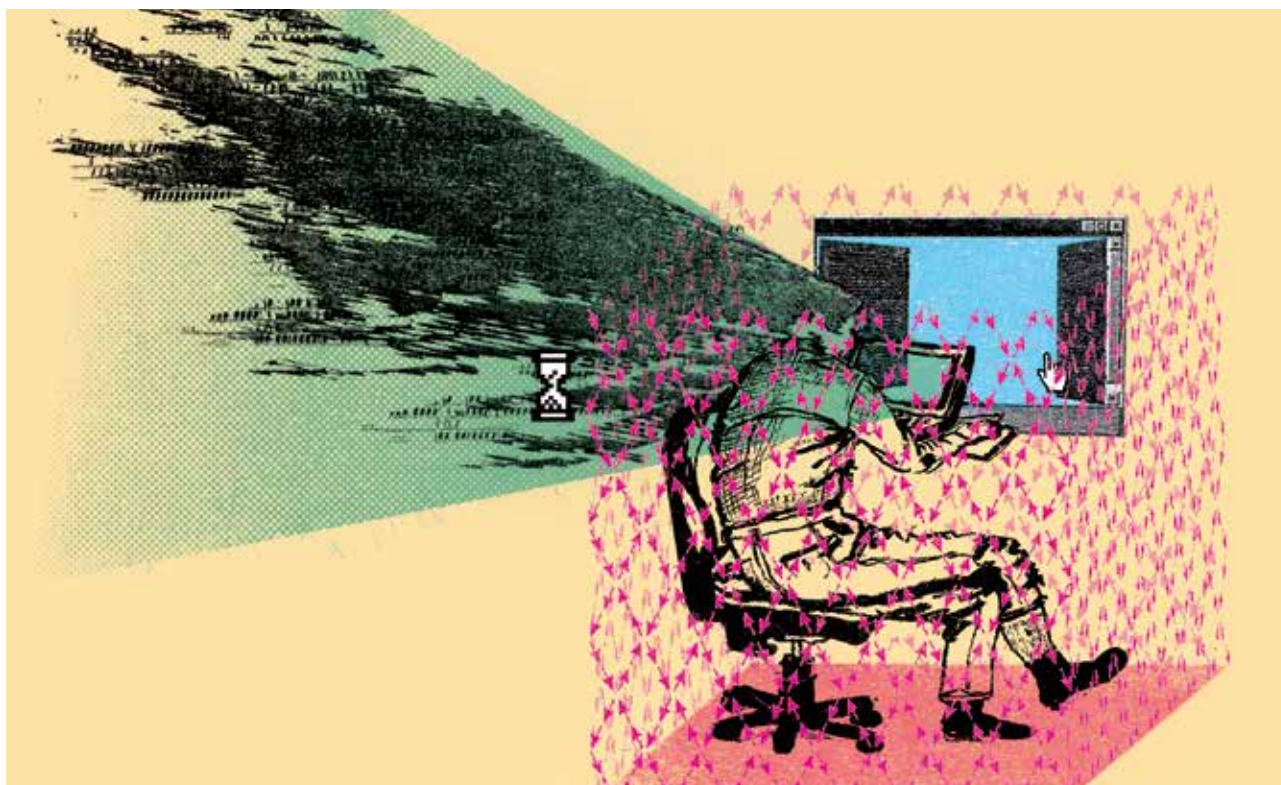
A alfabetização midiática e informacional (AMI) é um recurso frequentemente utilizado no momento atual, em que os meios de comunicação sofrem ameaças de todos os lados, em regimes tanto totalitários quanto democráticos. O alerta foi dado na França, em 7 de janeiro de 2015, quando a revista satírica *Charlie Hebdo* foi atacada. Foi um ataque a uma das formas mais antigas de mídia do mundo, a caricatura.

Na época, eu era diretora do *Centre pour l'Éducation aux Médias et à l'Information* (CLEMI), o centro para a alfabetização midiática e informacional. Nós tivemos de

preparar os alunos para voltar à sala de aula no dia seguinte ao ataque, e atender às necessidades dos professores e dos pais. Fizemos como sempre foi feito depois de grandes catástrofes – procuramos em nossos arquivos por fatos e dados sobre caricatura e propaganda, e postamos recursos midiáticos online (sites de referência, uma resenha jornalística, uma série de manchetes). Também lançamos uma entrevista inédita com Charb, que o CLEMI havia realizado em 2013, chamada de “Podemos rir de tudo?” O cartunista e jornalista, cujo nome verdadeiro era Stéphane Charbonnier, foi morto no ataque.

Essa situação de crise demonstrou os pontos fortes da AMI, assim como suas limitações. Estávamos bem preparados para reagir em termos de recursos, mas não antecipamos o impacto das mídias sociais.

Como na era anterior às mídias digitais, a AMI tem de dar um salto à frente e incluir entre suas preocupações o que os dados fazem com a mídia – eles colocam as informações na linha de frente, por meio da regulação de algoritmos vinculados ao histórico de busca das pessoas. Eles podem confinar as pessoas em “bolhas de filtragem”, para reforçar as tendências de confirmação que apoiam ideias pré-concebidas e reduzem a diversidade e o pluralismo de ideias ao monetizar o conteúdo (cliques por visualização). É algo que viola a privacidade dos usuários e ameaça as liberdades fundamentais, ao usar “pegadas digitais” para finalidades que estão fora do controle dos usuários.



© Patric Sandri

As últimas crises geradas por notícias falsas – uma mistura de boatos, propaganda ideológica e teorias da conspiração – abalaram a AMI. As notícias falsas são ainda mais poderosas do que a desinformação, que é uma mistura tóxica, mas geralmente identificável de verdades e mentiras. As notícias falsas são um fenômeno que se insere na categoria de desinformação, mas suas intenções maliciosas não têm precedentes, pois a tecnologia da informação permite que elas sejam transfronteiriças e transmidiáticas, e, por isso, virais.

A alfabetização midiática e informacional deve, necessariamente, levar em conta as transformações digitais, que passaram do “continente azul” para o “continente escuro”. Em outras palavras, ela passou da navegação, dos bate-papos e dos comentários em plataformas controladas pelos GAFAM (sigla que representa: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) para a coleta de dados perniciosos, com a intenção de manipular e desestabilizar em massa.

É nesse sentido que a decodificação de propaganda ideológica *online* é uma tarefa complexa, pois é uma questão de decifrar uma forma de ideologia destrutiva, que, embora seja tecnologicamente inovadora, paradoxalmente, representa uma revolução global conservadora – projetada para criar o caos em sistemas políticos existentes, em vez de propor um sistema de pensamento politicamente progressista.

O retorno da fofoca

É por isso que a AMI tem a obrigação de repensar os meios de comunicação e os fundamentos políticos e éticos que os legitimam. O papel das mídias sociais deve ser revisto, assim como os intercâmbios que ocorrem nelas. O crescimento das mídias digitais, que transformam o público antigo em novas comunidades de compartilhamento e interpretação, também deve ser levado em conta. A tendência renovada de se fazer fofoca manifestada pelas mídias sociais não é insignificante e não deveria ser desprezada. Uma conversa com nuances que comunica uma mistura de boatos, rumores e meias-verdades, a fofoca torna público o que é privado. Ela coloca a autenticidade acima de uma verdade que é percebida como fabricada pelas elites, distante das preocupações cotidianas e locais.

Portanto, as mídias sociais oferecem notícias nas quais a verdade é incerta, e falsidades têm sido usadas para se chegar à verdade ou para mostrar que a verdade não é assim tão definida. Daí vem a tentação de falar das mídias sociais como “pós-verdade”. Porém, essa posição reduz seu alcance e se recusa a ver nelas a busca por uma verdade diferente, quando os sistemas de informação considerados de alto padrão forem à falência. As mídias sociais estão concentradas, novamente, na eterna batalha jornalística entre fatos objetivos e

A decodificação da propaganda online é complexa. Os indivíduos das novas gerações devem aprender a ser, ao mesmo tempo, “exploradores, analistas e criadores”, diz Divina Frau-Meigs.

comentários com base em opiniões que se desenrola nesses modelos de influência.

Nas ciências da informação e da comunicação, a fofoca se insere na categoria de vínculos sociais. Ela preenche algumas funções cognitivas essenciais: monitoramento do ambiente, auxílio à tomada de decisões por meio do compartilhamento de notícias, alinhamento a uma determinada situação de acordo com os valores do grupo etc. Essas funções tradicionalmente legitimaram a importância dos meios de comunicação. No entanto, a mídia, agora, é vista como deficiente e tendenciosa – um sintoma disso é o fato de que as pessoas confiam nas fofocas *online* transmitidas pelas mídias sociais. A culpa recai menos nas mídias sociais do que naquelas pessoas que são responsáveis pelo debate público na vida real.

Nas situações políticas de instabilidade que ocorrem em todo o mundo, as mídias sociais estão restaurando o significado do papel regulatório da narrativa social. Elas ressaltam as violações às normas sociais, especialmente quando instituições políticas se vangloriam de serem transparentes, porque segredos não estão mais seguros.



Data.Path (Caminho.dos.dados, 2013), do artista japonês Ryoji Ikeda, cujas instalações têm como objetivo tornar visível e palpável a rede digital, uma vez que ela permeia e define o nosso mundo.

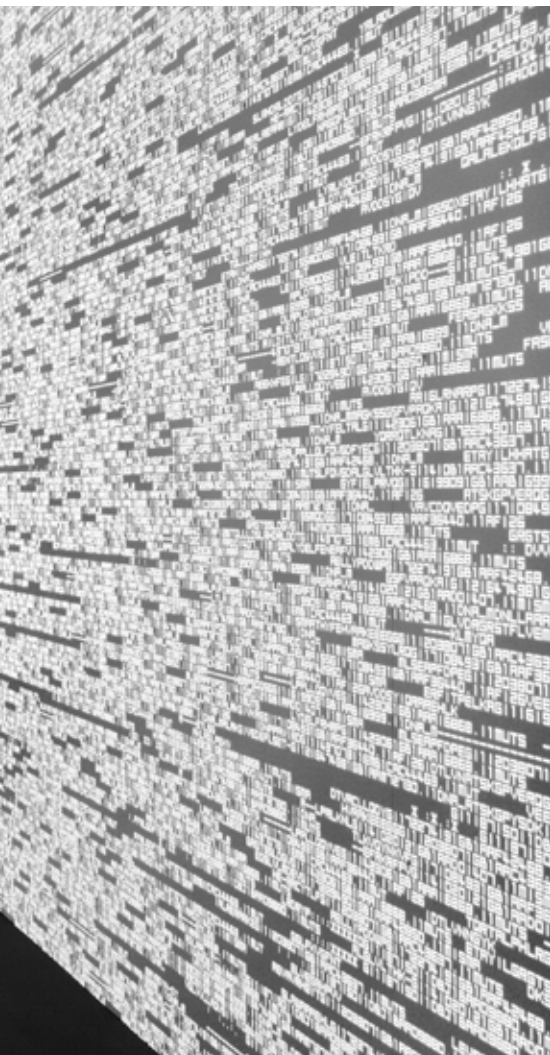
Em contraste a jornais que beiram o viés partidário, as mídias sociais estão quebrando as normas da objetividade, que se fossilizaram ao exigir a obrigatoriedade de haver uma opinião *a favor* e uma *contra*. O público demonstra não confiar na “veracidade” desse discurso polarizado e se deixa seduzir pela estratégia da autenticidade. Ele estabelece uma íntima relação de confiança com a comunidade de membros que agora constitui o público e visa a envolvê-lo nos debates, ao mesmo tempo em que se baseia no princípio da transparência. Assim, as mídias sociais colocam a ética da autenticidade em oposição à ética da objetividade.

Explorador, analista e criador

As mídias sociais e suas notícias falsas, consequentemente, são como um livro didático para a AMI, o que pede a aplicação de uma de suas competências fundamentais – o *pensamento crítico*. Contudo, esse pensamento crítico precisa compreender o valor agregado do digital: a participação, a contribuição, a transparência

e a responsabilidade, é claro, mas também a desinformação e o jogo de influências.

A mente crítica pode ser exercitada e treinada, e também pode agir como uma forma de resistência à propaganda ideológica e às teorias da conspiração. Pode-se exigir responsabilidade de pessoas jovens, ao mesmo tempo em que elas devem ser protegidas pelos adultos ao seu redor: elas podem ser levadas a questionar o seu uso das mídias sociais e a considerar as críticas às consequências de tal uso. Também devemos confiar no senso de ética dos jovens, uma vez que ele seja colocado em jogo. No meu curso *online* aberto e massivo (MOOC) sobre educação midiática – o MOOC DIY MIL (Alfabetização Midiática e Informacional: Faça Você Mesmo, em tradução livre), que ganhou o Prêmio AMI Global da UNESCO –, eu ofereço três papéis críticos aos alunos: explorador, analista e criador. O *explorador* aprende sobre as mídias e os dados; o *analista* aplica os conceitos, como verificação de fontes, checagem de fatos e respeito à privacidade; e o *criador* tenta criar seu próprio conteúdo, percebe as consequências de suas escolhas e toma decisões quanto à divulgação.



O MOOC deu à luz projetos como o *Citizen Journaliste sur Twitter* (Cidadão Jornalista no Twitter) e o *HoaxBuster* (Caçador de Mentiras), contra teorias da conspiração. Em todos os casos, o ponto principal consiste em garantir que os jovens adquiram os reflexos de pensamento crítico da AMI, para que sejam capazes de evitar as armadilhas dos discursos de ódio, dos vestígios involuntários na internet e das notícias falsas. Existem outras iniciativas, incluindo algumas encabeçadas pela UNESCO, que fundou a Aliança Mundial para as Associações sobre Alfabetização Midiática e Informacional (*Global Alliance of Partners on MIL – GAPMIL*) – o MIL CLICKS é um projeto recente que tratou da AMI por meio de mídias sociais.

Expandir a AMI

Também é importante que a AMI exercite o pensamento crítico contra as próprios meios de comunicação. No fim das contas, as principais organizações midiáticas estão entre os maiores influenciadores e aqueles que tendem a promover boatos, no Twitter, por exemplo, antes de estes serem confirmados. As notícias falsas que

circulam no Facebook, a primeira rede social a disseminá-las, tiram seu grão de verdade do fato de que os profissionais de notícias frequentemente se dobram à pressão de produzir furos de reportagem, transmitidos antes de serem verificados, como fazem os amadores. E as erratas não geram tanto furor quanto os boatos!

Está claro que ainda existem desafios para a expansão da AMI. É preciso convencer os tomadores de decisão de que os formadores devem ser formados, tanto professores quanto jornalistas. Minha pesquisa na *Université Nouvelle Sorbonne*, dentro do arcabouço do Projeto TRANSLIT da *Agence Nationale de la Recherche* e da Cátedra UNESCO “*Savoir-devenir* em Desenvolvimento Digital Sustentável”, consiste em comparar políticas públicas na Europa. Ela mostra que muitos recursos e oportunidades de treinamento estão disponíveis, oferecidos por organizações ou pela iniciativa pessoal de professores, em vez de serem patrocinados pelas universidades. No entanto, ela aponta para um atraso no nível de políticas públicas, apesar da inclusão da AMI em muitos programas educacionais nacionais. Existem poucos mecanismos interministeriais, pouca ou nenhuma corelação e pouca ou nenhuma coordenação entre as partes interessadas. A governança da AMI surge como uma combinação, com três modelos existentes em países diferentes: desenvolvimento, delegação ou... descompromisso.

Um salto ético

A boa notícia é que os jornalistas estão cada vez mais conscientes, reexaminando seus posicionamentos éticos e percebendo o valor da AMI. Esse salto ético pode ajudar os professores a reposicionar a AMI e a fornecer recursos válidos para impulsionar a resistência em prol da integridade dos dados e da mídia. Ações que reestabelecem o valor da investigação aprofundada já estão tomando forma – usando o jornalismo de dados, que revela informações que não podem ser obtidas de outra forma.

Escândalos como o vazamento colossal de documentos confidenciais conhecido como *Panama Papers* ajudaram a moralizar a vida política e a restaurar a confiança na imprensa. Outras ações visam especificamente a combater notícias falsas usando meios digitais. Tais ações incluem o *blog* da agência de notícias *Agence France Presse* (AFP) (que revela o que acontece nos

bastidores de uma grande rede de notícias); *Décodex*, parte do jornal francês *Le Monde* (que faz uma lista de *sites* de acordo com sua falibilidade); o *RevEye* do Google (que verifica se uma imagem é genuína com três cliques); e o *Conspi Hunter* no *Spicee*, a plataforma *online* de reportagens de TV e documentários (para desbancar teorias da conspiração).

Para ser totalmente aproveitado e produzir cidadãos educados, o pensamento crítico da AMI deve ser aplicado também à geoeconomia das mídias sociais. As plataformas digitais GAFAM, todas sob a legislação da Califórnia, há muito tempo se recusam a ser classificadas como empresas de mídia, para evitar qualquer responsabilidade social e não se submeter às obrigações dos serviços públicos. Porém, o monitoramento algorítmico revelou a capacidade que as GAFAM têm de exercer controle editorial sobre o conteúdo que vale a pena monetizar. Ao fazer isso, essas organizações definem a verdade, porque esse controle é real ou ético. Até o momento, as megamídias das GAFAM têm jogado com a autorregulação: elas fazem as próprias normas, elas decidem remover *sites* ou contas suspeitas de disseminar notícias falsas, sem assumir quaisquer responsabilidades. Contudo, elas não vão conseguir lutar por muito tempo contra a necessidade de um modelo responsável – que provavelmente será um híbrido de “entidade autorregulatória” e “entidade regulatória pública”, se quiserem manter a confiabilidade de suas comunidades *online*. As comunidades também poderiam se organizar entre si, e até mesmo contornar as mídias, para regulamentar as notícias junto com os jornalistas, como é o caso do *Décodex*. A opção de elaborar em parceria um algoritmo que tenha a ética jornalística e as liberdades fundamentais embutidas em seu DNA é, sem dúvida, uma das alternativas futuras, de acordo com a lógica digital!

Divina Frau-Meigs (França) é professora de ciências da comunicação e da informação na *Université Sorbonne Nouvelle*, e titular da Cátedra UNESCO “*Savoir-devenir* em Desenvolvimento Digital Sustentável”. Autora de vários livros, ela acaba de publicar *Public Policies in Media and Information Literacy in Europe: Cross-Country Comparisons*, que editou juntamente com I. Velez e J. Flores Michel (Londres: Routledge, 2017).



Aftenposten versus Facebook: uma polêmica esclarecedora

© Photo Nick Ut: AP/NTB SCANPIX



Primeira página do jornal Aftenposten de 8 de setembro de 2016, cuja manchete é a carta aberta de seu editor, Espen Egil Hansen, para o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg.

por Marina Yaloyan

O papel cada vez maior que os sites de redes sociais desempenha na distribuição de notícias causa várias preocupações. Espen Egil Hansen do jornal *Aftenposten* (Noruega), e Richard Allan do Facebook vêm de mundos diferentes, mas enfrentam um desafio parecido.

É um ícone da fotografia de guerra: a imagem em preto-e-branco revela uma menina de 9 anos nua, fugindo de uma explosão, gritando, com o rosto retorcido de dor. Tirada por um fotógrafo vietnamita-norte-americano, Nick Ut, durante um ataque de napalm a uma vila vietnamita em 1972, a foto ganhadora do Prêmio Pulitzer, *O terror da guerra*, causou polêmica em 2016, quando foi proibida de circular no Facebook devido a "conteúdo impróprio".

"Escrevi a Mark Zuckerberg dizendo que eu não obedeceria", lembra-se Espen Egil Hansen, o editor-chefe do *Aftenposten*, o maior jornal da Noruega, que compartilhou o post no Facebook e foi ameaçado de ser permanentemente banido. A carta ousada de Hansen, publicada na primeira página do *Aftenposten*, condenou o Facebook por criar regras que, em primeiro lugar, "não conseguem distinguir pornografia infantil de fotografias de guerra famosas" e, ainda, "excluem todo o debate possível". A carta recebeu apoio em massa e se tornou o ponto de partida de uma discussão acalorada sobre as complexas regras de censura do Facebook e o controle do conteúdo por meio de algoritmos no feed de notícias.

Com mais de 2 bilhões de usuários em todo o mundo e um maior aporte de tráfego para sites de notícias do que o Google, o Facebook agora surge como um ator importante na distribuição de notícias, apesar de ainda escapar da responsabilidade formal que isso acarreta, ao se posicionar como uma "plataforma técnica". Não obstante, é possível dizer que ele se tornou o maior site mundial de mídia, o que transformou Mark Zuckerberg no "editor-chefe mais poderoso do mundo", segundo Hansen. "Lembrei a Zuckerberg que esse título pressupõe responsabilidade. Ele não é dono apenas de uma empresa de tecnologia, mas de uma empresa de mídia". É exatamente por isso que Hansen considera que censurar uma imagem icônica do fotojornalismo por causa de nudez foi uma decisão editorial ruim. "Imagens perturbadoras podem nem sempre ser fáceis de se ver, mas são elas que ajudam a conscientizar as pessoas em uma sociedade democrática", ele explica.

Milhões de pessoas postam conteúdo nas páginas do Facebook todos os dias, o que torna o processo de selecionar informações caso a caso um grande desafio. Richard Allan, vice-presidente de políticas públicas do Facebook para a Europa, o Oriente Médio e a África, defende as diretrizes gerais do site de rede social, que exige que qualquer fotografia de crianças menores de 18 anos



que contenham nudez sejam identificadas e retiradas do ar. No entanto, ele admite que, com a foto *O terror da guerra*, essa política deixou a desejar. Durante o colóquio *Journalism under Fire* (Jornalismo sob Fogo, em tradução livre), ocorrido na UNESCO, em março de 2017. Dois meses depois, o Facebook anunciou que contrataria 3 mil pessoas para complementar sua equipe de operações comunitárias, que conta com 4,5 mil funcionários, tratem notícias como exceções. “Existem fotos ocasionais de crianças nuas em que o interesse público quanto à divulgação da foto e, neste caso, o consentimento da pessoa envolvida, pesam mais do que a política usual do *site*”, diz Allan.

Algoritmo – o novo editor-chefe do mundo

No que diz respeito a escolhas editoriais, há pouca ou nenhuma diferença significativa entre o Facebook e as plataformas de notícias tradicionais. “Da mesma forma que um editor-chefe da Fox News é responsável pelo conteúdo editorial da Fox News, Mark Zuckerberg é responsável pelo conteúdo editorial do Facebook”, insiste Hansen.

A única diferença real entre os dois é o amplamente incompreendido e controverso algoritmo do *feed* de notícias que os editores das mídias tradicionais não usam.

“Nós queremos manter a nossa essência. Você é seu próprio editor e você escolhe o que quer ver”, declara Richard Allan, explicando a política do Facebook. No entanto, os algoritmos continuam a formar os hábitos de leitura de cerca de um bilhão

Versão do ilustrador norueguês Inge Grodum da foto icônica *O terror da guerra*, condenando a censura do Facebook por “conteúdo impróprio”. A menina de 9 anos que aparece na foto, conhecida como “a menina napalm”, é Kim Phuc Phan Thi, Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO desde 1994.

“Imagens perturbadoras podem nem sempre ser fáceis de se ver, mas são elas que ajudam a conscientizar as pessoas em uma sociedade democrática”

de usuários ativos do Facebook, ou um quinto da população mundial. A função oficial do *site* é sondar e analisar todas as informações postadas por qualquer usuário na semana anterior, levando em conta cada página que ele ou ela curtiu, todos os grupos a que ele ou ela pertence e todas as pessoas que ele ou ela segue. Então, de acordo com uma fórmula muito protegida e em constante evolução, o algoritmo ordena os *posts* na ordem exata que ele acredita que o usuário vai achar vantajosa.

No entanto, a própria natureza do algoritmo pode transformá-lo em uma ferramenta controversa e até mesmo perigosa. “Os algoritmos podem criar as chamadas ‘bolhas de filtragem’, que reforçam uma tendência negativa de nossa época – a que leva a comunidades mais polarizadas”, diz Hansen. “Mais e mais pessoas vivem em bolhas, nas

quais elas recebem apenas as informações que desejam e somente se comunicam com pessoas que pensam parecido”. Dessa perspectiva, os critérios de seleção usados por um algoritmo para classificar informações se tornam crucialmente importantes.

Allan, no entanto, compara o *feed* de notícias a uma assinatura de um periódico e nega que o Facebook imponha conteúdo a seus leitores. De acordo com ele, o algoritmo simplesmente permite a organização dos periódicos da maneira mais conveniente para o leitor. O desafio, contudo, está na enorme quantidade de *feeds* disponíveis. “O que descobrimos é que as pessoas assinam milhares de *feeds* diferentes, quando só têm tempo para ler 20 deles”, ele diz. “Os mil *feeds* ainda estão lá, mas isso obviamente cria um processo de seleção, pois selecionamos os que vão aparecer nas primeiras posições”. Favorecer as informações que os leitores preferem pode se mostrar um caminho escorregadio. De acordo com Hansen, é uma “estratégia conveniente quando se assiste à Netflix [a plataforma de

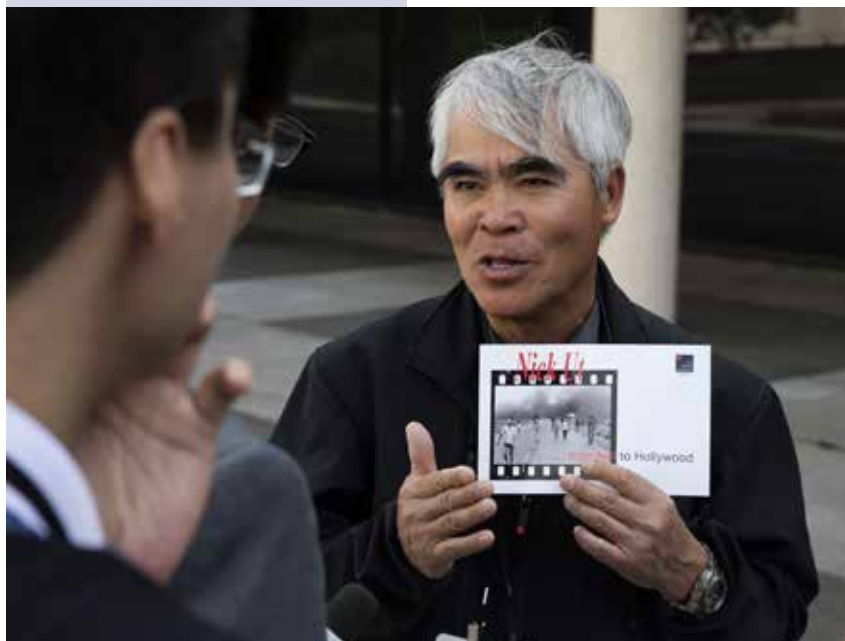
streaming de filmes com sede nos Estados Unidos]”, mas continua sendo um “princípio questionável para a livre circulação de informações em uma sociedade”.

Notícias falsas – soluções reais?

Em uma nota positiva, os *sites* de redes sociais de fato atravessam fronteiras e facilitam a expressão das pessoas. “Quando escrevi minha carta para Mark Zuckerberg, eu a publiquei em um pequeno jornal de um pequeno país, mas o artigo viralizou de imediato. Ironicamente, acho que foi o próprio Facebook que tornou o artigo tão popular”, lembra-se Hansen, cujo próprio jornal tem mais de 340 mil seguidores no Facebook. No entanto, ele admite rapidamente que a oportunidade dada a todos de publicar informações é uma faca de dois gumes que pode levar à desinformação. “É óbvio que, hoje em dia, é mais fácil conduzir grandes parcelas da população ao erro. Eu me pergunto se, como uma sociedade, estamos mesmo preparados para as tendências alarmantes que estamos testemunhando”, ele diz.

Em uma série de escândalos relacionados a notícias falsas que abalou o Facebook em 2016, a empresa foi acusada de influenciar as eleições presidenciais dos Estados Unidos, ao espalhar notícias falsas e criar bolhas de filtragem que isolaram os eleitores e os impediram de ter acesso a outras opiniões. De forma geral, apenas as notícias falsas sobre a política norte-americana representaram 10,6 milhões de um total de 21,5 milhões de compartilhamentos, reações e comentários que essas histórias em inglês geraram no Facebook naquele ano, de acordo com uma análise. Um *hoax* (mentira) sobre o ex-presidente norte-americano Barack Obama gerou mais de 2,1 milhões de comentários, reações e compartilhamentos no Facebook em apenas dois meses.

O fotógrafo Nick Ut, que tirou a famosa foto O terror da guerra, fala com jornalistas durante a Cúpula sobre a Guerra do Vietnã, realizada em abril de 2016, na LBJ Presidential Library, em Austin, Texas, EUA.



© Ruben Oppenheimer



Não é de se admirar que, para combater as críticas, o Facebook tenha introduzido um programa de checagem de fatos. A partir de maio de 2017, as histórias que forem marcadas por usuários como não confiáveis seriam verificadas por especialistas independentes de checagem de fatos e marcadas como “controversas”. “Ainda não vamos removê-las [as histórias]”, ressalta Richard Allan. “Por um lado, não queremos ser os árbitros da verdade e editar conteúdo. Por outro, gostaríamos de construir uma comunidade informada, pois temos uma responsabilidade para com a nossa sociedade”.

Hansen vê o reconhecimento dessa responsabilidade como essencial. Ele elogia as melhorias que o Facebook adotou desde que sua carta [no *Aftenposten*] veio a público. “Mark Zuckerberg deu uma entrevista ao *New York Times* em que disse que a polêmica em torno dessa carta abriu seus olhos e o fez perceber que precisava mudar o funcionamento do Facebook”. Essa percepção e as mudanças que se seguiram se tornam cruciais, especialmente considerando o enorme impacto das mídias sociais sobre as mídias tradicionais e sua onipresença cada vez mais real em nossa vida cotidiana.

Uma carta aberta que provocou mudanças

“[...] Escute, Mark, isso é sério! Primeiro, você cria regras que não distinguem entre pornografia infantil e fotografias de guerra famosas. Depois, aplica essas regras sem dar espaço para a ponderação. Finalmente, você até mesmo censura as críticas e as discussões sobre essa decisão – e pune a pessoa que ousa dar voz a essas críticas...”

A mídia livre e independente tem a importante tarefa de fornecer informações, o que inclui até mesmo divulgar fotos, que, às vezes, podem ser desagradáveis, e que a elite dominante e talvez até cidadãos comuns não conseguem ver ou ouvir, mas que podem ser importantes exatamente por esse motivo...

A mídia tem a responsabilidade de considerar a publicação em todos e em cada um dos casos. Isso pode ser uma responsabilidade pesada. Cada editor deve pesar os prós e contras. Esse direito e dever, que todos os editores do mundo têm, não deveria ser enfraquecido por algoritmos programados em seu escritório na Califórnia.

A Declaração de Missão do Facebook afirma que seu objetivo é “tornar o mundo mais aberto e conectado”. Na realidade, você está fazendo isso em um sentido totalmente superficial. Se você se recusar a distinguir entre pornografia infantil e fotografias documentais de uma guerra, isso simplesmente promoverá a estupidez e não cumprirá a missão de aproximar os seres humanos entre si.

Fingir que é possível criar regras comuns e mundiais para o que pode e o que não pode ser publicado apenas joga areia nos olhos das pessoas...”

(Excertos da carta aberta de Espen Egil Hansen a Mark Zuckerberg, publicada na primeira página do jornal *Aftenposten* em 8 de setembro de 2016.)

Salvar a mídia: a história do financiamento coletivo

par Andrius Tapinas

A revolução digital trouxe mudanças e desafios monumentais para a indústria da mídia. Os jornalistas tomam a dianteira das adaptações ao novo cenário da mídia ao abraçar as novas tecnologias, se reinventar e adotar novos modelos de negócios. A história da Laisvės (Liberdade) TV, da Lituânia, um canal de televisão independente transmitido pela internet e financiado pelo público, é prova disso.

A era digital chegou, quer gostemos ou não. E se você pertence à velha guarda da mídia, é bem provável que não goste. A imprensa e a televisão tradicionais foram pegadas desprevenidas – tecnológica, financeira e criativamente – pela revolução digital, e estão passando pelos maiores desafios que já enfrentaram. Elas têm condições para enfrentar esses desafios? Na verdade, não. Mas elas não têm escolha – ou nadam ou afundam.

O advento da internet, há mais ou menos 30 anos, viciou o mundo em uma das drogas mais poderosas disponíveis às sociedades modernas – o acesso livre e imediato à informação.

Antes que pudessem entender o que estava acontecendo, uma segunda onda – as mídias sociais – atingiu a velha guarda. Essa onda era maior e mais forte do que a internet e teve consequências mais severas. As empresas de mídias sociais ficaram em uma posição de vantagem, com a redução da quantidade de assinaturas pagas de jornais e revistas, e com a defasagem dos canais de TV em relação aos milhares de sites de notícias da internet.

De repente, todo mundo se tornou a mídia – operador de câmera, editor, escritor, jornalista, promotor – em um só pacote. Os guardiões da informação viram seus portões ruírem e perderam o maior privilégio de todos – o direito de decidir o que é importante e o que não é.

A eleição de Donald Trump, em novembro de 2016, para o maior cargo público dos Estados Unidos, é o exemplo mais dramático da natureza onipresente das mídias sociais. Os meios de comunicação tradicionais o odiavam com veemência, mas, mesmo assim, os antigos figurões não puderam fazer absolutamente nada, ao se virem forçados a atender às mídias sociais para não cometer suicídio comercial na frente de seus leitores e espectadores. E, assim, Donald Trump se tornou o primeiro presidente das Mídias Sociais dos EUA.

Qualquer um pode ser uma estrela

Nos primórdios da era das mídias sociais, a velha guarda não deu importância a elas, taxando-as de ferramentas para os jovens. Eis que chega o YouTube: o maior repositório de televisão e serviço de hospedagem de vídeos do mundo, sendo que, ele próprio, não cria quase nada de conteúdo, mas é um porto seguro para todos os aspirantes a qualquer coisa da face da Terra. Qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, hoje em dia, pode ser qualquer coisa que sonhar – cantor, *chef*, boxeador, estrela da mídia. O céu é o limite, e é tudo de graça.

PewDiePie (nascido Felix Arvid Ulf Kjellberg, na Suécia, em outubro de 1989), um comediante que atua na internet e produtor de vídeo, se tornou o rei não coroado do YouTube, com quase 55 milhões de seguidores! Dois dos *youtubers* que mais fazem mais sucesso na Lituânia – Whydota



(Vaidotas Grincevičius) e The3dvinas (Edvinas Navikas) – têm mais assinantes do que os quatro canais de TV nacionais juntos.

Claro, nem tudo é positivo nas novas mídias e, às vezes, o preço se a pagar é alto. Notícias falsas, linchamentos virtuais, *trolls* e acusações infundadas se proliferam – é uma liberdade sem limites. Não existem filtros nem edição, e nenhuma necessidade de ter comedimento ou decência se a pessoa não quiser.

Estamos no auge de uma transformação midiática forçada pela ascensão da internet. Como jornalistas, temos de aceitar a revolução e deixar de lado nossas inibições para abraçar o digital. Com nossas qualidades profissionais, ainda temos vantagens sobre a maioria dos novatos que atuam hoje em dia.

As novas tecnologias permitem uma liberdade sem precedentes, principalmente nos países onde a imprensa é controlada pelo governo. Agora é o momento perfeito de emitir sua opinião e fazê-la ecoar por todo o mundo. Interagir com o público é crucial, a resposta instantânea do público é uma ferramenta poderosa.



Financiamento coletivo pelos espectadores

As mudanças no jornalismo podem ser vistas como uma consequência positiva. Elas nos forçaram a ser criativos e a inventar novos modelos de negócios para sobreviver, como é o nosso caso.

Motivado pelo choque de perder meu programa na televisão lituana, decidi reagir. Fundei a Laisvės (Liberdade) TV em setembro de 2016. É um canal de televisão na internet totalmente independente, pago por meio de financiamento coletivo (*crowdfunding*) realizado pelos espectadores.

Transmitimos 15 programas por mês e vamos acrescentar pelo menos mais três no outono de 2017. O conteúdo inclui sátira política em lituano e russo, programas de entrevistas, jornalismo investigativo, análise política e documentários positivos.

Nossa equipe – formada por profissionais que trabalham em horário integral, assim como autônomos – inclui uma equipe técnica completa, de editores a operadores de câmera, jornalistas e roteiristas. Uma pequena equipe administrativa também cuida da comunicação para o canal. Nossos principais programas são filmados em teatros com

Última gravação da temporada do programa Laikykitės Ten (Agente Ai ou Segure a Onda), com Andrius Tapinas, que atraiu uma audiência ao vivo de mais de 2 mil pessoas (23 May 2017), em Klaipėda, a maior cidade portuária da Lituânia.

© Matas Baranauskas

câmeras de alta definição, em frente a um público ao vivo de 200 a 250 pessoas.

Somos uma organização sem fins lucrativos e, por isso, temos de fazer as contas fecharem. Isso requer austeridade. A maior parte do nosso equipamento é alugada, ou pertence aos profissionais que contratamos. A maior parte do nosso trabalho é realizada online, e usamos um pequeno escritório para reuniões e edição. Temos planos de passar para um escritório maior no outono de 2017.

Alcançamos nossa meta financeira de 15 mil euros em dez dias, em cima da hora do lançamento. Quase 5 mil pessoas se comprometeram a nos ajudar financeiramente no primeiro mês. Os assinantes têm a liberdade de nos apoiar por quanto tempo quiserem, sem obrigação de continuar. Para um país com menos de 3 milhões de habitantes, essa conquista foi um fenômeno. Também somos financiados por patrocinadores comerciais que aceitam não interferir na autonomia do canal.

Um modelo de negócios consolidado

O fato de eu me colocar, junto à minha equipe, nas mãos do público foi a aposta mais arriscada de minha carreira jornalística. Pairavam algumas questões: eles pagariam por algo que poderiam ter de graça, mas que deixaria de existir se não pagassem? Nosso espírito é público o suficiente para apoiar a mídia independente por meio de contribuições financeiras? Os especialistas em meios de comunicação da Lituânia estavam céticos. Porém, nós fomos em frente assim mesmo.

Em março de 2017, sugerimos que nossos espectadores utilizassem a possibilidade de separar 2% dos seus impostos para a Laisvės TV. Ficamos curiosos para saber o quanto de nosso financiamento veio dessa iniciativa.

Em quatro meses, a Laisvės TV se tornou a maior entidade de mídia lituana no YouTube, com alguns dos programas alcançando números de audiência de seis dígitos e competindo com os programas mais populares da TV tradicional. Em oito meses, os especialistas em mídia começaram a admitir que estavam errados e passaram a dar notícias sobre nossos planos de expansão.

Nosso modelo de negócios é novo e se insere na revolução digital, mas não é exclusivo. Projetos jornalísticos semelhantes, financiados pelo público, já foram lançados nos Países Baixos, na Suíça, na Índia e em vários outros países.

Não é fácil, é o trabalho mais difícil que já realizei em minha carreira de quase 20 anos. No entanto, é o único caminho que quero percorrer como jornalista. E foi a revolução digital que me deu essa chance.

Andrius Tapinas é um jornalista e escritor lituano. Ele fundou a Laisvės TV em 2016 e é o apresentador de seu principal programa, *Laikykitės Ten* (algo como *Agente Ai* ou *Segure a Onda*). Tapinas é uma das pessoas mais populares das mídias sociais na Lituânia, com mais de 130 mil seguidores no Facebook.

Um farol, graças à internet

por Carlos Dada



© Fred Ramos

O jornal *El Faro* e o fotógrafo salvadorenho Fred Ramos lançaram a campanha *A Última Roupas dos Desaparecidos*, que envolve a publicação de uma série de fotos para permitir que as famílias de pessoas desaparecidas reconheçam suas roupas e as identifiquem. Ramos recebeu apoio do Instituto de Medicina Legal para exumar corpos de sepulturas não identificadas.

O jornalismo está passando por uma crise mundial. A onipresença da internet e das mídias sociais significou a proliferação de boatos e informações falsas. Porém, esses mesmos espaços podem ser usados para criar um jornalismo melhor, como demonstrou o *El Faro*, um jornal online pioneiro de El Salvador, em seus 20 anos de existência.

Alguns de nós, jornalistas, fomos forçados a seguir essa carreira – não tínhamos muita escolha. Em 1998, El Salvador estava saindo de uma longa guerra civil e estávamos tateando para seguir em frente, sem nenhuma figura para nos orientar. No entanto, estávamos convencidos de que o período pós-guerra precisava de uma imprensa revitalizada, com uma nova perspectiva e vozes independentes. O país merecia um novo jornalismo, e nós atendemos a essa necessidade.

O *El Faro* (*O Farol*) iniciou suas atividades em maio de 1998, sem financiamento algum. Foi por isso que o lançamos pela internet, em uma época em que apenas de 2% a 5% da população salvadorenha podia acessá-lo. Nossa existência dependia das novas tecnologias, porque nunca poderíamos arcar com os gastos de produção de um jornal impresso. A opção pela internet acabou sendo uma decisão de muita sorte para nós, considerando que, na época, estávamos muito distantes de imaginar a influência que a rede teria no futuro da humanidade.

No início, nós fazíamos o *El Faro* juntos nas horas vagas. Aos poucos, jovens talentos foram se juntando a nós para aprender a usar essa nova mídia. Durante vários anos, tivemos zero de lucro, mas também praticamente não tínhamos despesas – cada um trabalhava de graça, de sua casa. Isso também nos ajudou a desenvolver nosso espírito independente. Quando a indústria começou a levar a internet a sério e os leitores começaram a procurar notícias online, já estávamos firmemente estabelecidos na rede.

A ausência de mentores e professores foi compensada por meio de leituras, e com doses saudáveis de autocrítica. Nosso jornal amadureceu na medida em que aprendemos com os nossos erros – estávamos sempre refletindo sobre o trabalho, debatendo e discutindo sobre o que estávamos fazendo.

Traidores da nação

Com o passar dos anos, eventualmente nos tornamos jornalistas pagos e conseguimos ter o nosso próprio escritório. Muitos dos alunos de jornalismo que haviam trabalhado conosco desde o início agora são sócios e acionistas do jornal. Em nossos quase 20 anos de existência, nos tornamos uma das publicações mais respeitadas da América Latina.

A maioria dos nossos esforços estão concentrados em reportagens investigativas ou narrativas que cobrem seis temas principais: violência e crime organizado, corrupção, crimes de guerra, cultura, pobreza e desigualdade, e política. Esses são os assuntos que, a nosso ver, estão menos presentes nas notícias. Porém, eles também são centrais para qualquer explicação do motivo pelo qual, mais de 20 anos depois do fim da guerra, El Salvador continua sendo um dos países mais violentos do mundo, tomado de desigualdades e pobreza, e muito dependente dos 2 milhões de salvadorenos expatriados – um terço da população – que enviam dinheiro para o país.

O paradoxo desta profissão é que, quanto melhor jornalista se é, mais difícil se torna



manter os amigos. Fomos chamados de traidores da nação, de protetores de gangues, de inimigos da propriedade privada e da revolução. Em um país polarizado entre dois extremos que entraram em combate na guerra civil, os governos de direita nos acusam de sermos esquerdistas, e a esquerda diz que tendemos à direita. Temos recebido algumas mensagens muito desagradáveis de traficantes de drogas, criminosos de guerra, líderes de gangues, políticos corruptos, executivos, militares e policiais. Essas ameaças nos obrigaram a entrar na Justiça várias vezes.

Essas mensagens de descontentamento às vezes também vêm de leitores. Há alguns anos, nós publicamos um artigo que denunciava o massacre de jovens delinquentes a sangue-frio pela polícia. Vários leitores reclamaram que estávamos atrapalhando o trabalho da polícia, pois as gangues são a principal fonte de violência em El Salvador. Entendemos muito bem essas reações, mas está fora de questão mudar o nosso jornalismo para satisfazer as aspirações de nossos leitores ou aliviar suas ansiedades – um jornalismo populista seria irresponsável, nocivo e imoral.

“É impossível fotografar um assunto com objetividade, mas é possível mostrar uma história com a verdade, diz o fotógrafo salvadorenho Juan Carlos, que tirou esta foto de um banco que contém vestígios de um assassinato, em um parque público em Chalchuapa, El Salvador.

Um fórum centro-americano

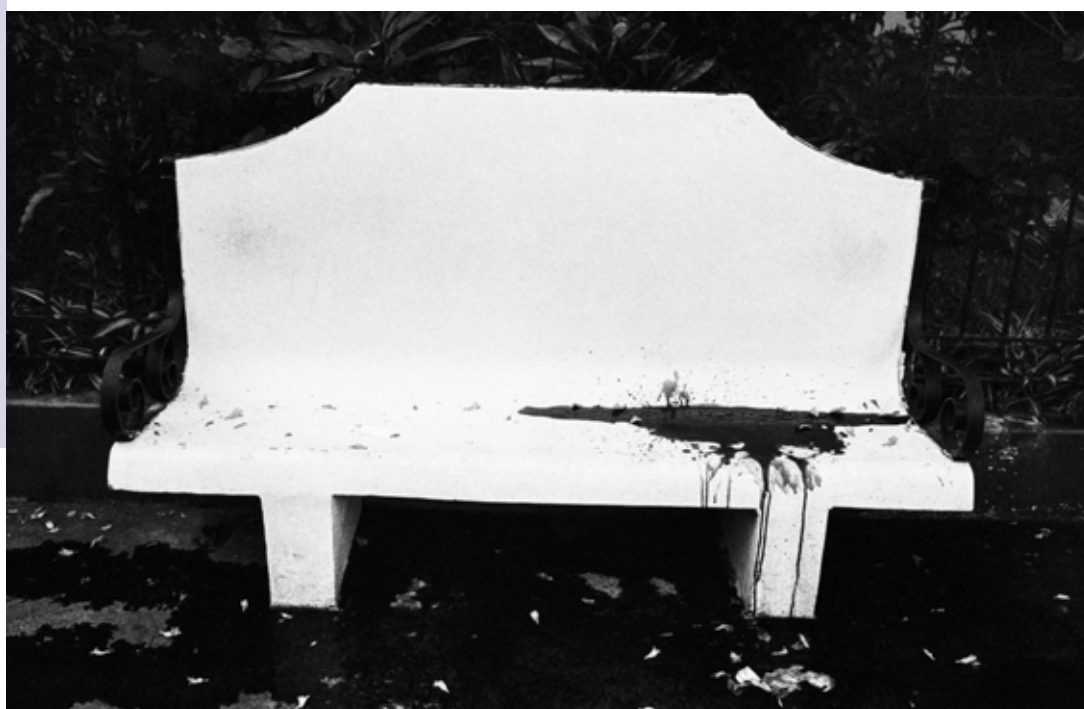
Mais recentemente, procuramos estender nossa cobertura aos países vizinhos – Honduras e Guatemala –, que têm níveis semelhantes de violência, corrupção e decadência social. Embora ainda não tenhamos conseguido realizar a cobertura sistemática que desejamos, já tivemos bons progressos na construção de uma rede de jornalistas na região que possa colaborar conosco em reportagens investigativas.

Depois de duas décadas de crescimento, muitos jornalistas do *El Faro* publicaram livros. Também realizamos transmissões de rádio, documentários, exposições e conferências. Isso porque nós sentimos necessidade de transmitir nosso conhecimento para as gerações futuras.

Todos os anos, no mês de maio, organizamos o Fórum Centro-americano de Jornalismo – uma semana de oficinas, conferências e exposições com dezenas de palestrantes convidados de toda a América Latina, dos Estados Unidos e da Europa. Os melhores jornalistas da região e de outros países ministram oficinas sobre jornalismo investigativo, rádiojornalismo, fotografia e realização de reportagens. Mais de uma centena de jornalistas, a maioria da América Central, participou em 2017.

O Fórum é o evento principal de nosso programa permanente de treinamentos e conferências, visando a melhorar a qualidade do jornalismo na América Central. Essa é a região mais pobre do continente – colocar nossos jornalistas em contato com seus colegas de toda a América Latina abre novas possibilidades de colaboração para cobrir as questões que, cada vez mais, vão além das fronteiras de nossos países.

Jornalista salvadorenho, **Carlos Dada** fundou o *El Faro* em 1998. Ele cobriu eventos no Iraque, na Venezuela, no México, na Guatemala e em Honduras. Seus artigos são publicados na América Latina, nos EUA, na Bósnia e na Espanha. Em 2011, recebeu o Prêmio María Moors Cabot da *Columbia University*, em Nova York.



© Juan Carlos (www.juancarlospictures.com)

Jornalismo investigativo

contrariando as expectativas

por Sanita Jemberga

O jornalismo investigativo é um dos pilares de uma democracia funcional. No entanto, seu futuro não pode ser garantido sem autonomia financeira. O caso do Re:Baltica, um centro de jornalismo investigativo na Letônia, é um bom exemplo disso.



© Semih Poroy (Turquie) - Cartooning for Peace

Desenho da coleção da Cartooning for Peace, uma rede internacional de cartunistas editoriais engajados socialmente, apoiada pela UNESCO.

Sou alérgica à ideia de se chamar o jornalismo investigativo de “missão” ou “vocação”. É uma escolha individual que vem da necessidade, junto com um conjunto de habilidades e um aspecto peculiar, que é ser persistente, às vezes diante de abusos. Certa vez, minha colega Inga Sprinže explicou que faz o que faz por causa de sua avó, que nunca teria a oportunidade de confrontar as autoridades soviéticas com perguntas difíceis!

A decisão de Sprinže, assim como a minha, de continuar questionando os poderes, foi testada quando o *Diena* (*Dia*), o jornal para o qual trabalhávamos, foi vendido pelo Grupo Bonnier [o conglomerado midiático sueco] para oligarcas locais que há anos tentavam silenciá-lo. Isso aconteceu em meio a uma profunda crise econômica e a uma queda nas vendas e no número de leitores do jornal, que somente tarde demais começou a levar a internet a sério.

Correr riscos

Um grupo de pessoas, no qual eu me incluo, que havia trabalhado no *Diena* – considerado o melhor jornal dos países bálticos – nunca desistiu da ideia de que, em uma democracia, o jornalismo investigativo é uma necessidade fundamental para cobrar responsabilidade dos que estão no poder. Isso é igualmente verdadeiro em países com regimes autoritários, onde os custos pessoais para os jornalistas envolvidos são ainda maiores. Sem a escrita investigativa, teríamos de sobreviver sob um regime de notícias diárias, conteúdo governamental pago e fofocas sobre celebridades. O jornalismo, portanto, funcionaria não como cão de guarda, mas como animal de estimação dos poderosos.

Para nos preparar para a mudança, Sprinže passou um ano nos Estados Unidos estudando modelos sem fins lucrativos para o jornalismo investigativo. Ela retornou



© James Duncan Davidson (CC BY-NC 2.0)

O jornalista investigativo ganês Anas Aremeyaw Anas, conhecido por suas reportagens sobre violações aos direitos humanos e corrupção, preserva seu anonimato escondendo o rosto todas as vezes que aparece em público.

à Letônia para estabelecer o Centro de Jornalismo Investigativo do Báltico, o Re:Baltica, em 2011. Administrado por uma cooperativa de jornalistas, o Centro fornece sem custos os resultados de suas investigações para a mídia convencional.

A ideia era relativamente nova na Europa, mas, em 2012, já havia mais de 100 centros sem fins lucrativos dedicados ao jornalismo investigativo em mais de 50 países. Todos previram que o Re:Baltica não duraria mais de um ano, mas nós provamos que eles estavam errados. Comemoramos o nosso sexto aniversário em agosto de 2017. Existem razões claras por que sobrevivemos e prosperamos.

A primeira é a capacidade de dedicar muito trabalho duro ao Centro e de se arriscar. Desde o início, nós percebemos que, se a nossa renda dependesse apenas de doadores internacionais – o que, para um mercado de mídia relativamente pobre e de uma língua pouco falada, é praticamente a única opção de financiamento –, não teríamos durado muito. Sessenta por cento do nosso orçamento vem de doações, e o resto vem de nossas proventos pessoais, que ganhamos dando aulas, realizando consultorias e escrevendo roteiros para documentários. Também recebemos doações de nossos leitores e de doadores

privados. Ainda vivemos com a constante incerteza de sobreviver por mais um ano.

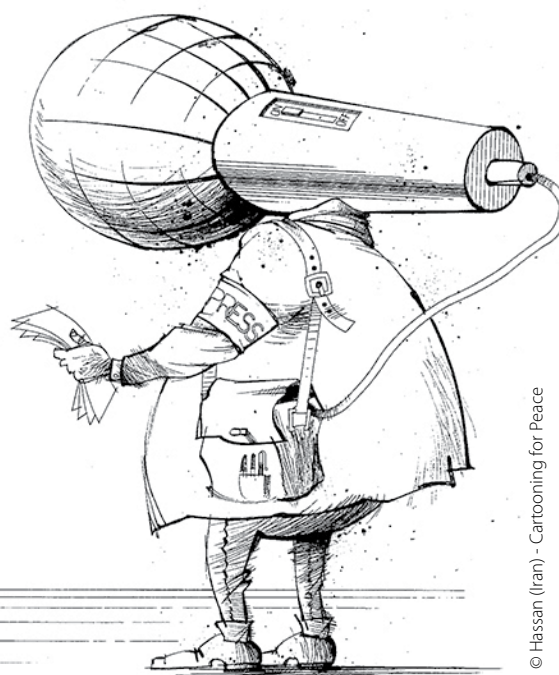
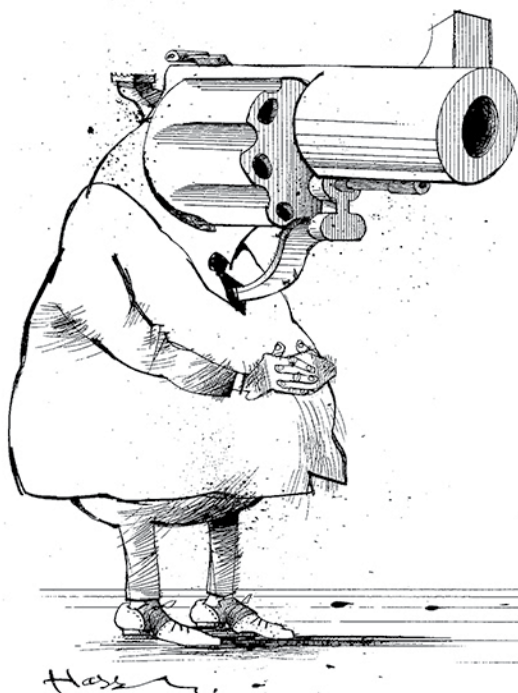
Expor mais do que a corrupção

Encontrar os parceiros certos é essencial. Também somos frugais em relação aos custos – escolhemos não gastar muito com o nosso *website* ou com o nosso escritório. A equipe do Re:Baltica consiste em dois cargos editoriais centrais, um *designer* gráfico e um contador; então, contratamos o resto dos jornalistas de acordo com as necessidades de reportagens específicas – até 20 ou 30 jornalistas e tradutores por ano. Nosso trabalho é disponibilizado sem custos para todos os veículos de mídia que quiserem publicá-lo, mas também temos um grupo dedicado de parceiros na televisão, no rádio, na imprensa e *online*, com os quais cooperamos de perto. Como esses veículos não são competidores diretos, a mensagem se multiplica, assim como o impacto.

O jornalismo investigativo não se dedica somente a expor a corrupção. Nós participamos, de fato, da investigação dos *Panama Papers* – o enorme vazamento de mais de 11,5 milhões de documentos financeiros e legais, que expôs o nome

de políticos, criminosos e da indústria da desonestidade por todo o mundo, assim como onde escondiam seu dinheiro. Encabeçado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (*International Consortium of Investigative Journalists* – ICIJ), o colossal projeto global esteve nas manchetes de todo o mundo em 2016, ganhou um Prêmio Pulitzer e serviu como base para a aprovação de novas leis em alguns países.

Porém, grande parte do nosso trabalho se concentra nas desigualdades sociais da Letônia, que são a maior ameaça ao país no longo prazo. Nós cobrimos uma gama de problemas sociais – das deficiências do sistema educacional aos baixos salários pagos aos empregados de grandes redes de supermercados. O trabalho nem sempre é glamoroso – nossos colegas se infiltraram como funcionários de uma fábrica de processamento de peixes para revelar as condições de seus trabalhadores.



© Hassan (Iran) - Cartooning for Peace

Cartooning for Peace

Para comemorar o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio de 2017, a UNESCO e a *Cartooning for Peace* (Cartuns para a Paz) realizam uma exposição online de 15 cartuns editoriais.

Fundada em 2006 por Kofi Annan, ganhador do Prêmio Nobel da Paz (2001) e ex-secretário-geral das Nações Unidas, e pelo cartunista francês Plantu, a rede *Cartooning for Peace* inclui 162 cartunistas de 58 países em todo o mundo. Essa rede internacional de cartunistas editoriais usa o humor para lutar pelo respeito à diversidade cultural, aos direitos humanos e a outras liberdades.

O cartum editorial é uma ferramenta poderosa, devido à sua capacidade de transcender as línguas e as culturas. Ele pode ser usado para fomentar o diálogo intercultural e alimentar o debate sobre questões fundamentais, como liberdade de expressão, paz e tolerância.



Nosso último *exposé* foi sobre um financista letão cujo nome constava nos *Panama Papers* e estava ligado às eleições francesas de 2017. Também estamos trabalhando em uma série de artigos para expor notícias falsas e suas origens na internet da região do Mar Báltico.

Sem comprometimento

Eu não sou muito otimista quanto ao futuro do jornalismo investigativo. Contudo, estou convencida de que a chegada ao poder de regimes autoritários terá como consequência um ressurgimento do jornalismo: ao expor uma necessidade de se separar a verdade dos “fatos alternativos” – ou, em outras palavras, mentiras –, e os *clickbait*s [artigos elaborados para atrair cliques] de reportagens reais. Organizações não governamentais já se mostraram uma alternativa possível à mídia convencional, em uma época em que o jornalismo investigativo está desaparecendo das redações.

Porém, muitos desses empreendimentos sem fins lucrativos morrerão, à medida que os doadores institucionais perdem o interesse e a filantropia se torna mais escassa, principalmente nos países que mais precisam de reportagens investigativas. O jornalismo investigativo deve ser reconhecido com um bem público e receber investimentos, pois, de outra forma, não há muita esperança de ele que prevaleça.

Desenho da coleção da Cartooning for Peace, uma rede internacional de cartunistas editoriais engajados socialmente, apoiada pela UNESCO.

Organizações internacionais que se mostram dispostas a treinar jornalistas e a financiar conferências e campanhas precisam criar mecanismos para financiar de forma pública, aberta e competitiva conteúdos investigativos como bens públicos, sem comprometimentos. Esse é o único caminho pelo qual o jornalismo investigativo poderá sobreviver.

Sanita Jemberga é uma jornalista investigativa da Letônia que trabalha na mídia impressa e na televisão desde 1996. Ela é diretora-executiva e editora da instituição sem fins lucrativos Re:Baltica (Centro de Jornalismo Investigativo do Báltico) e leciona alfabetização midiática na Faculdade de Economia de Estocolmo, em Riga.

Glossário para uso dos leitores

A partir do momento em que as mídias sociais invadiram a nossa vida cotidiana, novos termos e conceitos apareceram em nosso vocabulário. Para um melhor entendimento, segue uma rápida visão geral de alguns termos e expressões, incluindo “algoritmo”, “fato alternativo”, “notícias falsas” e “pós-verdade”.

Algoritmo: o termo é uma combinação da palavra em latim *algorismus*, nomeado por Al Khwarizmi, um matemático persa do século XIX que introduziu o sistema numérico decimal no mundo ocidental, e a palavra grega *arithmos*, que significa número. No atual mundo digital, um algoritmo é uma sequência de instruções automaticamente executadas por um computador. Os algoritmos, atualmente, são sinônimos de inteligência de máquinas, em oposição à inteligência de seres humanos, e são utilizados em todas as áreas, desde consultas a mecanismos de busca a consultas aos mercados financeiros e à seleção de informações recomendadas por usuários.

Bolha de filtragem: o conceito foi desenvolvido pelo norte-americano Eli Pariser, cofundador da Avaaz.org, uma ONG fundada em 2007 que promove o ativismo na internet. De acordo com ele, os algoritmos das redes sociais filtram informações – por meio da análise de “curtidas” (*likes*) e “compartilhamentos” (*shares*) dos usuários – e fornecem conteúdos personalizados que correspondem a suas preferências. Eventualmente, isso confina os usuários a uma “bolha” de opiniões sociais e políticas.

Fato alternativo: mentira grosseira, falsidade. A expressão foi utilizada pela primeira vez em janeiro de 2017 por Kellyanne Conway, conselheira de Donald Trump, ao falar sobre o número estimado de pessoas que participaram da cerimônia de posse do presidente norte-americano.

Hoax (literalmente, embuste, mentira): uma mensagem enganosa divulgada por meio de e-mails. Na verdade, consiste em rumores, notícias alarmistas ou pedidos



© Polygraphus / Shutterstock

de doação falsos. As motivações por trás de uma fraude podem ser políticas ou financeiras, remuneração com base na quantidade de cliques gerada. Atualmente, este termo é menos utilizado e foi em grande parte substituído pela expressão “notícias falsas”.

Notícias falsas: informações falsas ou manipuladas com a intenção de prejudicar alguma pessoa ou instituição. Conforme os Decodificadores (*les Décodeurs*), a seção de verificação de fatos do jornal francês *Le Monde*, as notícias falsas “utilizam códigos e formas da imprensa tradicional para se disfarçar como um exercício jornalístico”.

Pós-verdade: considerada a Palavra do Ano de 2016 pelo *Dicionário Oxford*, o termo é definido como “relativo a ou que denota circunstâncias em que os fatos objetivos têm menos influência na formação da opinião pública do que apelos à emoção

e crenças pessoais”. O termo foi utilizado pela primeira vez na década de 1990 e popularizado pelas campanhas do Brexit, no Reino Unido, e da eleição presidencial dos EUA, ambos ocorridos em 2016. A pós-verdade descreve uma retórica política que não mais se preocupa com fatos reais e demonstra a perda de confiança, por parte do público, nos meios de comunicação e nas instituições tradicionais.

Viés de confirmação: tendência de favorecer informações que reforçam nossas crenças, ao mesmo tempo em que ignoram ou subestimam crenças que as contradizem.

Viralidade: a rápida circulação de informações, sejam verdadeiras ou falsas – por meio da internet e das redes sociais. A viralidade de uma informação deriva das recomendações de usuários. Em uma escala infinitamente mais ampla, é a versão *online* do “boca a boca”.



Zoom



Meu rosto, minha terra

Texto: Katerina Markelova

Fotos: Marion Laumonier, Paul Laumonier, Bêni



Crianças Xákmok Kásek participam da oficina de criação coletiva juntamente com os anciãos da aldeia.

Este ensaio fotográfico está sendo publicado para coincidir com o Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, celebrado anualmente em 9 de agosto.

As fotos do IDENTITESproject são publicadas sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0.

Cinco continentes, cinco anos de encontros, dezenas de milhares de quilômetros viajados e, no fim, uma única conclusão: nós somos UMA espécie humana. É assim que o fotógrafo e artista visual francês Bêni resume a odisseia do IDENTITESproject, iniciado por ele em 2013. É uma aventura fotográfica multifacetada que o está levando aos quatro cantos do planeta. De Hanói a La Paz, passando por Acra, a lente de Bêni registra os rostos do mundo e os reúne em uma série impressionante de retratos. “Saímos em busca de outro lugar, de algo diferente, do outro, e acabamos encontrando a nós mesmos”, ele explica.

Vamos nos juntar a ele no Paraguai, na *Ruta Transchaco*, Rota Nacional 9, a peculiar estrada de 800 quilômetros que liga a capital, Assunção, à fronteira com a Bolívia. O ano é 2015. O IDENTITESproject#3 está a todo vapor. Esta é a terceira etapa do projeto de Bêni, desta vez na América do Sul e, pela primeira vez, ele não está sozinho. Ele tem a companhia dos irmãos Marion e Paul Laumonier, que o ajudam e documentam a jornada. Depois de quatro meses cruzando o Chile, a Argentina e o Uruguai, nós os encontramos em um veículo a caminho de “uma das regiões mais isoladas de qualquer lugar da Terra hoje em dia”. É assim que Marion descreve o *Gran Chaco*, a planície

vasta e árida que o país compartilha com a Argentina, o Brasil e a Bolívia. E por uma boa razão: “Tivemos de passar 14 horas dirigindo até chegar a nosso destino”, ela enfatiza.

O destino deles: o povoado dos Xákmok Kásek. De acordo com o Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA), os Xákmok Kásek (ou “muitos papagaios pequenos”) são uma das 531 comunidades indígenas da área do *Chaco* paraguaio. Eles têm sido progressivamente expulsos de suas terras ancestrais desde o fim do século XIX. Em 2010, a comunidade consistia em 268 indivíduos pertencentes a 66 famílias. Em 24 de agosto de 2010, depois de 30 anos de batalhas judiciais, os Xákmok Kásek ganharam uma disputa na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ordenando as autoridades paraguaias a devolver 10,7 mil hectares de terra à comunidade. Encorajados por esse julgamento e apesar da reticência do Estado em cumprir a ordem, a comunidade voltou para seu território no início de 2015.



As câmeras do IDENTITESproject estavam lá na hora exata para registrar o evento. “Eles estavam no local havia menos de dez dias”, diz Marion. Era um momento de muita animação – a atmosfera é eletrizante. Porém, o retorno às terras ancestrais estava longe de ser triunfante. “Eles estão vivendo em condições terríveis, dormindo em barracas, pescando para se alimentar e bebendo de poços com água parada”, ela acrescenta. A criação de gado e o cultivo de soja intensivos causaram danos muitas vezes irreversíveis ao solo e à floresta. A própria identidade do povo indígena está sendo duramente testada – suas crenças, seus modos de subsistência e suas práticas culturais são todos intimamente ligados às suas terras ancestrais.

Bêni está no Paraguai na época, para organizar o carro-chefe do projeto – uma oficina de cocriação. Não é por acaso que ele decide colocar a terra no centro da sequência artística. O resultado final é um momento único de compartilhamento, cheio de emoção e profundamente espiritual. “O chefe da tribo nos disse que este projeto foi especialmente importante para os membros de sua comunidade. Embora eles ainda estivessem muito ligados à luta para reconquistar a terra, trabalhar conosco foi, para eles, uma oportunidade de pensar em outra coisa, de passar um tempo juntos de forma diferente, algo só para eles”, explica Marion.

Hoje, a comunidade reconquistou a posse de 7.901 hectares, ou por volta de 73% das terras que são suas por direito, de acordo com Oscar Ayala, da ONG Tierraviva, que representou os Xákmok Kásek na CIDH, em 2010.



Fotos retiradas do vídeo Chaco, que mostram várias etapas da oficina de grupo: a coleta de plantas e terra para serem usadas nos desenhos e a projeção noturna de retratos que permitem ver os contornos dos rostos que serão traçados em uma tela de juta.



Projeto LINKS

De acordo com o Conselho de Assuntos Hemisféricos (COHA), o Paraguai apresenta um dos maiores índices de desmatamento do mundo. Lançado em 2002, o projeto da UNESCO Sistemas de Conhecimento Locais e Indígenas (Projeto LINKS) chamou atenção do meio internacional para o papel das comunidades indígenas na conservação da biodiversidade e na adaptação aos efeitos da mudança climática. O retorno dos Xákmok Kásek é, portanto, motivo de esperança. Seu conhecimento ancestral, juntamente com o programa de governo para o reflorestamento do *Chaco*, anunciado em fevereiro de 2017, devem possibilitar a recuperação da região.



Serafin (1), Nancy (2), Gustavo (3) e uma bebê (4) olham para a lente de Bêni. Todos saíram deste exercício carregando dentro de si uma imagem dos outros.





Os chamados retratos “de fusão” incorporam a ideia da cocriação.





Os Xákmok Kásek ficaram com todos os retratos produzidos durante a oficina, para usá-los na defesa de sua causa.



Para servir de elemento visual para as comunicações, o IDENTITESproject seleciona um retrato de cada etapa da viagem, sobre o qual é aplicado um mapa mundial para simbolizar a existência de apenas UMA humanidade, em toda a sua diversidade.

À época da publicação deste número de *O Correio da UNESCO*, Bèni está viajando pela Europa, na fase final de seu projeto. Sua turnê pelo mundo termina em Paris, em agosto de 2017, com uma iniciativa especial: a equipe do projeto pretende criar um enorme rosto europeu em colaboração com vários artistas franceses. A cada vez que ele volta para a França, Bèni também organiza as exposições BACKTO, representando os diferentes estágio do projeto – fotografias em estilo retrato, e oficinas de cocriação e de exposição na rua. Essas galerias efêmeras são montadas no espaço público. Os lucros dessas exposições e de outras iniciativas de conscientização pública são doados às comunidades locais que fizeram parte do projeto – para ajudar a sustentar seu desenvolvimento.

Bèni diz que deseja fazer uma pausa quando terminar a turnê europeia, “para ter um período de folga, talvez um ano”. Porém, ele já está pensando em um livro “que vai reunir os cinco continentes e nos ajudar – especialmente a mim – a entender o que tem acontecido desde 2013”. Ele também tem planos de realizar um documentário e organizar uma grande exposição que abrangerá a jornada inteira. Ele já tem um título para essa empreitada, que é o próprio DNA do projeto: *Um Mundo • Um Povo*.



De volta a Paris, Benjamin Bèni prepara uma exposição sobre o IDENTITES#3, informando o público sobre a difícil situação em que os Xákmok Kásek se encontram.



Ideias



Vol (Voo) do artista senegalês Ndary Lo.

© Ndary Lo / Sitor Senghor

Humanidade

ou como saciar a sede por humanidade

por Adama Samassékou

Frente ao fracasso do modelo ocidental de desenvolvimento, que coloca a cultura do ter acima da cultura do ser, cada vez é mais urgente desenvolver um projeto diferente de sociedade – algo que seja fundamentado na *humanidade*, um conceito que explora a abertura ao Outro, a única saída possível para um mundo desencantado.

Tornou-se lugar-comum dizer que o nosso mundo, que está nas garras de uma crise multidimensional e aparentemente eterna, encontra-se em um estado muito ruim. Essa crise, na realidade, revela uma perda de sentido, reforçada por uma tendência à homogeneização das culturas mundiais, provocada pela globalização acelerada dos mercados. Isso está levando a uma verdadeira desumanização das relações entre indivíduos, povos e Estados. Os atuais desafios ambientais, energéticos, demográficos e digitais – aos quais se somam a pobreza e as desigualdades vigentes – acentuam o sentimento geral de angústia existencial e uma falta de confiança no futuro.

O “modelo de desenvolvimento” que prevalece hoje em dia tem como base o que eu chamo de uma cultura do “ter”, do lucro. Ele já revelou suas limitações, e a crise atual confirma que já está falido. Esse “modelo ocidental” é responsável pelo eurocentrismo e pelo centralismo ocidental visto nas relações internacionais, tanto em termos de bens quanto de produção intelectual. Consequentemente, uma mudança de paradigma em direção à promoção de valores mais alinhados com uma cultura do “ser” se tornou um imperativo.



© Berette Macaulay

Painel esquerdo do diptico Memory of Nothing (Memória do Nada) de Berette Macaulay (Serra Leoa e Jamaica). A obra está à mostra na Galeria Nacional da Jamaica, como parte da Bienal de 2017.

Foi com essas considerações em mente que, vários anos atrás, eu sugeri que explorássemos um novo conceito – *humanidade* – em referência à negritude, um conceito que herdei de meu mentor, o poeta, Aimé Césaire, da Martinica.

Utilizo este conceito de *humanidade* para traduzir o que, na África, nós chamamos de *maaya* (em *bamanankan*, a língua bambara), *neddaaku* (em fulfulde, a língua fula), *boroterey* (em songai, a língua songai), *nite* (em wolof) e *ubuntu* (nas línguas banto), entre outros. Existem muitos termos que significam, literalmente, “a qualidade de ser humano”.

Por que está na hora de reformular o CIPSH?

O Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) é uma organização não governamental fundada em 1949, em Bruxelas, na Bélgica, sob os auspícios da UNESCO, visando a reafirmar o significado e os desafios das ciências humanas no período pós-guerra.

Essa sociedade erudita filiada à UNESCO teve seus momentos de glória, mas sofreu uma redução considerável com o passar do tempo.

A Conferência Mundial de Humanidades (WHC) oferece uma oportunidade para que as organizações-membros do CIPSH incentivem representantes de suas respectivas disciplinas a ajudar a reestabelecer o lugar das ciências humanas no mundo e a realizar uma verdadeira reformulação do CIPSH. Isso possibilitará que a substituição do ponto de vista ocidental por uma abordagem mais fértil e policêntrica, enriquecida pela diversidade cultural e linguística que existe no mundo.

O processo de reorganização interna e externa do CIPSH, felizmente, já está em curso. Em dezembro de 2015, a Reunião Geral Extraordinária do CIPSH, realizada em Pequim, decidiu a favor de uma mudança em seus estatutos, permitindo que uma gama de organizações – incluindo fundações e redes – se tornem membros. A base geográfica do CIPSH também foi expandida, com a possibilidade de criação de novas divisões regionais. Como resultado desse processo, em 2016, uma divisão da Ásia-Pacífico do CIPSH foi estabelecida na China. Por fim, o número de organizações-membros do CIPSH aumentou significativamente, passando de 12, em 2014, para 17, em 2016, com dois novos ingressos em andamento.

O CIPSH também está criando novas Cátedras UNESCO de humanidades, as quais participarão da Conferência.

Conectando humano a humano

As sociedades africanas sempre colocaram o “ser”, em vez de o “ter”, no centro do seu desenvolvimento. Em termos mais globais, certas sociedades não europeias têm uma cosmovisão que coloca o “ser” no centro de todas as relações com o mundo. Essa visão é caracterizada por uma busca permanente por relações não conflituosas, pacíficas, orientadas em direção ao consenso com os outros e à harmonia com o meio ambiente, no sentido mais amplo. Por muito tempo, essa concepção de mundo também era compartilhada pelo Ocidente, antes de ser dominada por uma forma de modernidade com base no mercado, no fundamentalismo material e na acumulação individualista.

A *humanidade* é a nossa abertura permanente ao Outro, nossas relações de ser humano para ser humano. Ela determina uma relação permanente de solidariedade, livre de manipulação – um impulso espontâneo de acolher o Outro. Essa *humanidade* torna possível “conectar humano com humano” – para usar a bela expressão de Césaire – e é a base para uma cultura do “ser”, o oposto de uma cultura totalitária do “ter”, que leva a relações permanentemente conflituosas de aquisição, ou mesmo dominação.

Em uma apresentação notável no simpósio Ubuntu, que ocorreu em Genebra, na Suíça, em abril de 2003, meu amigo e mentor de Burkina Faso, Joseph Ki-Zerbo (historiador, político e escritor, 1922-2006), enfatizou que: “O principal, portanto [...] é levar para o topo da agenda e das lutas sociais do planeta o conceito, a questão, a causa, o paradigma de *ubuntu* como um antídoto axiomático e específico ao mercantilismo dos seres humanos e da humanidade ocasionado pelo neoliberalismo sectário da economia de mercado”.



© Dima Vazhinovich

Em sua palestra *Ubuntu ou “o homem como remédio para o homem”*, que posteriormente foi publicada no livro *Repères pour l'Afrique* (Dacar: Panafrika; Silex; Nouvelles du Sud, 2007), Ki-Zerbo continua sua análise especificando que: “[...] *ubuntu* pode ser a ferramenta mais poderosa para essa tarefa suprema. Porém, acima de tudo, deve se tornar seu objetivo e o significado da paz. Isso não quer dizer ir na direção de uma forma de culturalismo antropológico, mas, quando confrontado com o rolo compressor do pensamento único, ele se tornou urgente para desarmar conflitos em que o peso da responsabilidade recai na violência estrutural do *status quo* [...]”.

Agora, eu estou convencido de que, considerando o fracasso dos atuais modelos de desenvolvimento, nós devemos pensar em como elaborar um novo projeto para a sociedade, fundamentado precisamente no conceito de *humanidade*.



O grande encontro internacional das ciências humanas, a primeira Conferência Mundial de Humanidades (*World Humanities Conference* – WHC), que será realizada em Liège, na Bélgica, de 6 a 12 de agosto de 2017, oferece uma oportunidade de se aprofundar nesse conceito.

Um evento sem precedentes

Liège, chamada de “Cidade Ardente”, tanto em espírito quanto em engenhosidade, é uma cidade multicultural no coração da Europa, e abrigará um evento sem precedentes apoiado pelo rei da Bélgica.

Então, por que uma Conferência Mundial de Humanidades?

A ideia me ocorreu em 2009, durante meu primeiro mandato como presidente do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), uma organização

Nós devemos promover uma relação com o mundo fundamentada em uma busca por relações não conflituosas e na harmonia com o meio ambiente, para que os humanos se reconectem mais uma vez.

não governamental criada sob os auspícios da UNESCO em 1949.

A Conferência foi resultado de três observações. Após episódios recorrentes de instabilidade relacionados à globalização financeira, a crise de 2008-2009, mais do que apenas financeira ou econômica, tornou-se, de fato, “total”. Era uma crise da sociedade, o que, de certa forma, confirmou a falência do modelo de desenvolvimento dominante, neoliberal e ocidental, levando a uma verdadeira perda de significado.

Minha segunda observação foi a progressiva marginalização das ciências humanas no mundo. Como se pode aceitar que, testemunhando uma situação como essa, que deveria provocar alguma reação, os que

têm a responsabilidade de nos explicar a complexidade das transformações sociais permanecem paralisados, impossibilitados de se mover?

Terceiro, eu observei a falta de envolvimento, senão a total ausência, ou repúdio, por parte de estudiosos das ciências humanas de fora da Europa e do “Ocidente” na produção intelectual e na cooperação mundial. A situação se agravou com os riscos de desaparecimento de conhecimentos tradicionais e da metade das línguas do mundo – o que agora se chama de *epistemicídio* e *linguicídio*.

É por isso que, em 2009, pareceu-me não somente óbvio, mas também imprescindível, propor que a UNESCO organizasse uma Conferência Mundial de Humanidades. Como primeira tentativa nesse sentido, seu objetivo seria iniciar o processo de reabilitação das ciências humanas no mundo.

Uma ansiedade insuportável

A questão central a ser discutida na Conferência é o papel das ciências humanas em um século XXI caracterizado pela diversidade cultural, pelo fracasso de várias formas de pensamento único, e pela necessidade de se reintroduzir considerações de médio e longo prazo nos pensamentos do dia a dia. Este é um século marcado por mudanças mundiais, migração crescente e tensões sociais e econômicas – cuja resolução depende, em grande medida, de habilidades interculturais, da compreensão da unidade humana em toda a sua diversidade. Ela também se apoia na necessidade de reforçar as relações das ciências entre as disciplinas e com as artes e tecnologias.

Este é um século que começou com o desenvolvimento de um terrorismo global que não poupa nenhuma região do mundo, nem país algum, atacando, de forma tão cega quanto desumana, cidadãos inocentes



“Nosso mundo está nas garras de uma crise multidimensional e aparentemente eterna”, diz Adama Samassékou. A cena virtual: mapa de Xangai, 2005-2008, mapa do relevo de Xangai feito com fichas de cassino, à mostra na Galerie Continua, em San Gimignano, Itália.

que são vítimas de uma violência gratuita, bárbara e indescritível. Uma ansiedade insuportável atravessa o planeta, mais ainda porque esses atos de violência – conhecidos durante as conquistas coloniais e guerras de independência – permaneceram relativamente desconhecidos ao Ocidente enclausurado desde a Segunda Guerra Mundial, com algumas exceções.

Portanto, o objetivo principal da Conferência consiste em estudar formas pelas quais as humanidades estão auxiliando ou podem auxiliar, nacional, regional e internacionalmente, a mensurar e entender as transformações culturais vinculadas à globalização gradual de intercâmbios, de forma a administrá-los melhor – em todas as suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Diante da crise social e humana que estamos vivenciando, e um mundo corrompido no qual o processo de desumanização aumenta e ganha força, a ambição da Conferência consiste em construir um diálogo fértil entre as mentes atuais sobre os desafios, os riscos e os novos conhecimentos, por meio dos quais as humanidades podem tornar nosso mundo mais compreensível, menos opaco, menos belicoso, menos assassino e, ao mesmo tempo – é a esperança que compartilhamos – mais humano.

As humanidades são uma celebração da genialidade das línguas da espécie humana e do conhecimento que surge da proliferação de nossas práticas sociais, políticas, econômicas e artísticas.

Reabilitar e reconstruir as ciências humanas

O título da Conferência, Desafios e Responsabilidades para um Planeta em Transição (*Challenges and Responsibilities for a Planet in Transition*), situa claramente as questões subjacentes a esta conferência. De acordo com a UNESCO, são os seguintes os maiores desafios do nosso planeta em transição: crescimento populacional; a recomposição de territórios; fluxos migratórios; energia e limites ambientais; a homogeneização de culturas no contexto da globalização e, inversamente, a construção de novas identidades; e a chegada da sociedade digital, que, muitas vezes, cria uma sociedade dividida.

As três etapas da Conferência Mundial de Humanidades

A primeira Conferência Mundial de Humanidades (WHC) acontece em Liège (Bélgica), de 6 a 12 de agosto de 2017. É organizada conjuntamente pela UNESCO, pelo Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) e pela Fundação da Conferência Mundial de Humanidades (que inclui a província, a cidade e a Universidade de Liège).

A Conferência reúne em torno de 1,8 mil participantes de todo o mundo, dos campos de ciências, política, organizações não governamentais, artes e mídia. Redes de grande porte, tais como o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Academia Africana de Línguas da União Africana (ACALAN) e o Conselho Árabe de Ciências Sociais (ACSS), também estarão presentes.

A estrutura geral do evento oferece conexões entre processos que ocorrem antes, durante e após a Conferência. Isso possibilita a ênfase e o compartilhamento de conhecimentos em humanidades vindos de diferentes regiões do mundo – em toda a sua diversidade e em todos os seus pontos de convergência.

■ **Antes da Conferência**, foi organizada uma série de conferências preparatórias, permitindo que as respectivas regiões realizassem contribuições de qualidade para o evento mundial – dando voz a suas especificidades e preocupações particulares. A série incluiu a Conferência Sul-americana Territorialidades e Humanidades, realizada no Brasil (de 4 a 7 de outubro de 2016); a Consulta Regional Árabe Recentralizando as Humanidades: Teorias, Abordagens, Produção de Conhecimento, no Líbano (18 a 20 de maio de 2017); e a Conferência Regional Africana de Humanidades Línguas, Culturas, História e Territórios, no Mali (28 de junho a 1 de julho de 2017).

A WHC também contou com a contribuição de vários eventos: a Conferência Internacional sobre Ciência e Civilização na Rota da Seda, em Pequim (de 10 a 11 de dezembro de 2015); o Fórum Cultural Mundial de Taihu, Civilização na Rota da Seda, em Macau, na China (de 7 a 9 de junho de 2016); o 4º Fórum Mundial de Humanidades, dedicado a Humanidades da Esperança, em Suwon, na Coreia do Sul (de 27 a 29 de outubro de 2016); e, em junho de 2017, reuniões em Paris (para a Europa) e em Kingston (para o Caribe).

■ **Durante a Conferência** (de 6 a 12 de agosto de 2017), sessões plenárias são estruturadas em torno de seis temas principais, que dizem respeito aos principais desafios do nosso planeta em transição, incluindo: seres humanos e o meio ambiente; identidades culturais, diversidade cultural e relações interculturais; fronteiras e migrações; patrimônio cultural – material e imaterial; história, memória e política; e as humanidades em um mundo em transição.

De quatro a seis palestrantes de todos os continentes farão apresentações sobre cada um desses temas.

Uma longa série de subtemas da Conferência será discutida em 70 simpósios, agrupados em 11 sessões paralelas.

Duas sessões plenárias estratégicas serão oportunidades para a apresentação de relatórios de conferências regionais e para debates sobre o futuro das humanidades e do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH).

Sete conferências plenárias e um painel de ministros e tomadores de decisões políticas também estão incluídos na programação da Conferência, que reúne mais de 400 palestrantes.

As discussões incluem dois projetos de larga escala que envolverão o CIPSH no futuro: a História Global da Humanidade e o Relatório Mundial de Humanidades.

■ **Após a Conferência**, serão organizadas conferências regionais e nacionais em todos os continentes, sob os auspícios de vários organismos políticos do mundo. Isso tornará possível implementar as conclusões e as recomendações da Conferência. A ênfase será em políticas de pesquisa do setor público – especialmente a necessidade de infraestrutura e financiamento para pesquisas em ciências sociais e humanidades.

Esse processo em três etapas faz com que o evento mundial seja uma plataforma para o diálogo, inclusiva, participativa e de alto nível. Isso ajuda a promover uma maior sinergia entre os que pensam, buscam e encontram soluções para retirar o mundo das crises, e os que são responsáveis pelas decisões políticas.

Há um sentimento de que os modelos de desenvolvimento dominantes fracassaram, especialmente o modelo neoliberal, que parece estar se impondo aos povos do mundo. Nesse contexto, torna-se imperativo reconsiderar o papel das ciências humanas em nossas sociedades contemporâneas. É preciso levar em conta tanto as especificidades e os recursos inerentes a cada cultura, valorizando cada um de forma sábia, quanto as possibilidades de intercâmbio, em prol do diálogo e do enriquecimento mútuo.

Com isso, a Conferência é uma oportunidade de se recuar para reabilitar e reconstruir as ciências humanas, para produzir uma mudança de paradigma, permitindo a reinvenção de um mundo fundado no respeito por sua rica diversidade cultural e linguística. Esse novo paradigma nos permitirá substituir as relações conflituosas de competição por uma solidariedade genuína e universal, que é a única forma de ajudar a enfrentar os desafios do nosso planeta em transição!

Em suma, temos de saciar a sede de humanidade do nosso planeta, vivendo e consagrando nossa *humanidade*!

Adama Samassékou (Mali) é presidente da Conferência Mundial de Humanidades (WHC). Ex-ministro da Educação Nacional do Mali, foi membro do comitê preparatório para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra 2002-2003). Samassékou foi também o primeiro secretário-executivo da Academia Africana de Línguas da União Africana (ACALAN), como sede em Bamako. Após dois mandatos como presidente do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), de novembro de 2008 a outubro de 2014, ele agora é seu presidente honorário.

A importância de histórias “feitas em casa”

© Francesco Giusti / Propekt (www.francescogiusti.com)



Mural em homenagem à África em uma escola do bairro de Tower Hill, em Kingston, Jamaica.

por John Ayotunde Isola Bewaji

A ênfase em assuntos “feijão com arroz” como ciências, matemática e tecnologia em detrimento do estudo das humanidades está ameaçando a capacidade das pessoas na Jamaica e no Caribe de apreciar e contar suas próprias histórias.

Desde que os seres humanos desenvolveram a capacidade, sempre procuraram entender a vida em todas as suas dimensões, assim como o mundo em que vivem. E usaram não somente linguagem, literatura, filosofia, educação, religião, artes, história, antropologia, arqueologia e sociologia, mas também economia, psicologia, mídia, desenvolvimento, esportes, gênero, finanças, *marketing*, ciência política, estudos ambientais, estudos da comunicação, estudos culturais e o direito para interpretar e registrar o mundo em sua volta. Algumas dessas disciplinas são classificadas como ciências sociais por causa da necessidade de validação científica, mas acredito que elas também têm seu papel no estudo das humanidades.

Usando a linguagem, os seres humanos produziram e privilegiaram suas próprias narrativas em relação às narrativas

advindas de outras regiões. Todas as civilizações levam a sério as narrativas que concretizam suas culturas, seus sistemas de conhecimento e os modos de ser que criam.

Três eventos tiveram efeito significativo na posição que as humanidades vieram a ocupar nas universidades ocidentais – a revolução científica, a revolução industrial e o logicismo, a moderna escola de pensamento matemático fundada pelo filósofo e matemático alemão Friedrich Ludwig Gottlob Frege (1884-1925).

As revoluções científica e industrial, juntas, deram origem ao positivismo lógico e à convicção de que toda a busca por conhecimento deve usar metodologia científica, sob pena de perder sua validade e sua relevância.

As consequências disso foram prejudiciais para as heranças intelectuais de sociedades não europeias – que frequentemente foram descritas como primitivas, não civilizadas, pagãs e retrógradas. Isso permitiu a apropriação econômica de todos os recursos dessas sociedades, por meio do colonialismo e da escravização dos povos da África.

Substituição de narrativas

A pior forma de conhecimento científico foi a aproximação das narrativas europeias – e árabes – a verdades universais, o que, consequentemente, suplantou e substituiu em todo o mundo as narrativas das sociedades autóctones. Isso explica o porquê de os africanos terem tão pouco conhecimento sobre seus próprios ancestrais. Eles usam nomes, línguas, religiões, ciência e tecnologias dos outros, se esquecendo – e, às vezes, até odiando – seus próprios sistemas autóctones de



O artista transdisciplinar jamaicano Cosmo White explora a ideia de identidade.

conhecimento, tradições de modos de ser, valores e *ethos* e, assim, se perdendo no mundo dos outros.

Vários questionamentos surgem daí. Em primeiro lugar, a industrialização levou à globalização de todas as formas de realidade. A globalização é inevitável, mas ela não impede que os povos do Caribe usem sua herança africana para ressignificar e encontrar novos caminhos para a existência civilizada. Não é necessário combater a globalização, mas ela pode ser enriquecida, com o uso das culturas históricas da ancestralidade dos povos específicos.

Em segundo lugar, a defesa de uma educação centrada em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (em inglês: *science, technology, engineering and mathematics* – STEM) cria um imperativo distorcido, de que outras disciplinas, que aparentemente não fornecem benefícios práticos diretos à sociedade, são de pouca serventia. Na Jamaica e nas Índias Ocidentais, a ênfase tem sido em ciência, tecnologia e nas ciências sociais na educação primária, secundária e terciária. Áreas como belas artes, música, ética, história, cultura e patrimônio são minimizadas ou removidas de todos os níveis educacionais, pois não são valorizadas como contribuições para o desenvolvimento humano.

Na Universidade das Índias Ocidentais (*University of the West Indies* – UWI), essa ênfase nas ciências acabou por fazer com que a Faculdade de Humanidades e Educação atraísse, de forma consistente, menos de 25% de toda a população estudantil, pois suas contribuições para o desenvolvimento nacional e regional são subvalorizadas. O jornal jamaicano *The Gleaner* publicou editoriais defendendo o corte de verbas pelo governo para disciplinas incluindo história, línguas, filosofia e artes. Também sugeriu que, ao invés disso, é preciso concentrar nas disciplinas que permitiriam à Jamaica e à região recuperar o atraso em relação ao primeiro mundo em termos de tecnologia. O jornal argumenta erroneamente que não é preciso conhecer-se a si mesmo, as próprias realidade, sociedade ou ancestralidade, e que, uma vez que se obtenha paridade tecnológica com o Ocidente, tudo vai ficar bem.

A terceira questão está relacionada ao declínio de fortunas financeiras nos âmbitos nacional, regional e individual. A educação, especialmente relacionada às humanidades, é a que primeiro sofre quando as sociedades passam por ajustes estruturais. As famílias e os indivíduos preferem investir em disciplinas que são “vendáveis, produtivas e que aumentam o *status*”. O mesmo se aplica a países que entendem que se deve dar ênfase ao ensino de ciências, engenharia, medicina e tecnologia, pois acredita-se que essas disciplinas levam a uma maior capacidade produtiva.

Identities and tradition

O estudo das humanidades é crucial para a valorização, a configuração e a projeção da identidade de uma sociedade. Quando uma sociedade negligencia a compreensão, a valorização e a difusão das humanidades, ela fica aberta a várias formas de abuso, à degradação de suas tradições e à apropriação de sua essência. Infligir o *epistemicídio* (o assassinato de sistemas de conhecimento ou a destruição de conhecimento existente) aos povos africanos na forma da “síndrome da bagagem vazia” levou ao empobrecimento dos africanos no mundo novo, de suas identidades e tradições, o que teve como resultado um povo confuso, desorientado e deslocado.

A violência desenfreada e a falta de civilidade na sociedade jamaicana são, em parte, manifestações disso. Mesmo que a Jamaica sempre tenha demonstrado uma grande força em todas as circunstâncias, lá ainda persiste uma preferência por coisas ocidentais e europeias.

O pensamento na UWI tem sido vítima das circunstâncias históricas narradas narradas pelo autor e educador jamaicano Errol Miller, a dependência das economias regionais depois da abolição da escravidão e da independência. Por isso, não foi possível buscar paradigmas educacionais saudáveis, projetados para o ensino das humanidades, sem ter de se preocupar com os benefícios imediatamente perceptíveis desse tipo de ensino.

A UNESCO continua a liderar o desenvolvimento de um mundo mais humano, em que se valoriza a razão, a reflexão e a diversidade. No entanto, com a resistência ao pagamento de reparações aos povos que sofreram a pior forma de desumanidade da história humana, pelos horrores da escravidão no Atlântico, é compreensível que países caribenhos sejam mendicantes – incapazes de tomar decisões



© Francesco Giusti / Propekt (www.francescogiusti.com)

que tirem seus cidadãos da penúria. Isso provavelmente explica por que a Jamaica tem um dos maiores índices de homicídios do mundo, apesar de ser a terra natal de Marcus Mosiah Garvey (1887-1940, líder político, jornalista, editor e proponente do Movimento Pan-africano), do *reggae* (um estilo de música popular de origem jamaicana) e de Usain Bolt (velocista campeão olímpico).

The formation of teachers is the key

O que pode ser feito para melhorar a educação em humanidades na Jamaica e no Caribe? Os projetos de formação de professores e de educação da UNESCO devem ser aprimorados e promovidos na Jamaica e no Caribe, com a UWI na dianteira, assumindo um compromisso



Jovens na frente de um mural em Tower Hill, Kingston, Jamaica.

introspectivo do seu papel na educação em humanidades. A Universidade necessita de um departamento ou faculdade totalmente dedicado aos estudos filosóficos, o que ajudaria a fomentar o pensamento crítico no estudo de muitos outros assuntos, incluindo administração, turismo, resolução de conflitos e meio ambiente.

É importante que se ensine humanidades nas instituições de educação primária,

secundária e pós-secundária, na Jamaica e na região, pois a construção da paz ocorre na mente das pessoas. Os gêneros culturais e musicais de origem jamaicana transcenderam os limites do país e influenciaram o mundo todo, mas muito pouco foi realizado para ensinar e desenvolver essas tradições entre a

juventude jamaicana. Esse conhecimento poderia ser usado para impulsionar a criatividade dos jamaicanos e empoderá-los economicamente.

Finalmente, é importante entender que as humanidades são o fundamento de tudo na geração de conhecimento – seleção, armazenamento, recuperação, disseminação e utilização. Países ricos e poderosos não deixam a educação de seus cidadãos para os outros. De forma semelhante, sociedades fracas e pobres devem considerar a necessidade de garantir que suas próprias histórias sejam “feitas em casa” e transmitidas à sociedade de uma forma saudável, que conduza à nossa humanidade coletiva – com toda a sua bela diversidade envolvida.

John Ayotunde Isola Bewaji (jamaicano nascido na Nigéria) é autor de vários livros, incluindo *The Rule of Law and Governance in Indigenous Yoruba Society: A Study in African Philosophy of Law*. Foi editor de várias publicações, incluindo o *Caribbean Journal of Philosophy* (CJP).

O poeta

no coração da sociedade

por Tanella Boni

A poesia, como qualquer outra forma de criação artística, é um dos pilares das humanidades. Ao seguir os caminhos da emoção, da sensibilidade e da imaginação, o poema transmite conhecimento e valores humanos. Melhor ainda, ele molda o ser humano, de corpo e alma.

A arte não raciocina. Ela pertence ao reino das emoções, das sensibilidades e da imaginação. A experiência artística não pode se sujeitar a argumentos, à verificação ou a provas, pois não é uma forma de saber científico. E, no entanto, à sua maneira, distante dos caminhos bem trilhados das ciências, a arte exerce um papel primordial na formação do indivíduo. Ela transmite valores humanos e conhecimentos sobre o mundo que são essenciais para nos abriremos ao Outro. A criação artística, portanto, forja vínculos fortes entre os humanos – transcendendo línguas, crenças e culturas. É por isso que a arte pode ser considerada um dos pilares das humanidades.

Os tempos das humanidades

As humanidades ainda estão muito presentes no mundo dos países de língua inglesa – abrangendo as disciplinas de literatura, linguística, filosofia, história e arte –, no qual mentes abertas e a vida humana são enfatizadas na sociedade.

Em vários países de língua francesa, no entanto, o termo caiu em desuso, ou quase, exceto em alguns círculos acadêmicos. No entanto, houve uma fase do sistema educacional francês em que as pessoas “cursavam humanidades”. Isso significava aprender “seus” clássicos, estudar línguas antigas, ler Homero, Virgílio e outros autores clássicos – adquirindo uma visão o mais ampla possível por meio do estudo dos modos de ser, de viver e de falar dos seres humanos de outras civilizações.

Em outros lugares do mundo, como em culturas africanas, por exemplo, existe um equivalente a aprender “seus” clássicos. Esse é o momento de iniciação, em que jovens meninos e meninas recebem o legado dos tempos antigos, o que permite que vivam no tempo presente. Esses são os tempos das humanidades.

Todas as épocas e todas as culturas têm seus clássicos, seus textos essenciais. E, entre estes, a poesia sempre ocupou um lugar de honra. Sempre, quer dizer, até agora. Em nosso mundo desencantado, temos uma tendência de esquecer que a poesia existe. Gostaria de falar mais sobre isso, precisamente para contestar essa falha e mostrar que a poesia é uma parte integral das humanidades.

O que a poesia pode fazer

Não existe sociedade sem poetas. Mesmo que o ato de criação seja solitário, os poetas não vivem em uma bolha. Não são eremitas, trancados em torres de marfim, mas criadores de um universo que nos oferecem para ser compartilhado. Seja sua poesia escrita ou cantada, os poetas exercem um papel educacional muito importante.

Os filósofos da Grécia Antiga não deixaram de perceber isso. Na visão deles, a poesia era a encarnação de uma experiência de aprendizagem, uma cultura geral que precedia todo o conhecimento especializado científico ou político. Eles sabiam o quanto estudar Homero e outros poetas era importante para moldar a mente

dos jovens gregos livres (que não eram escravos nem metecos*). Foi por isso que Platão, em *A República*, preocupado por Homero ter retratado os deuses de forma negativa em seus poemas, acabou banindo os poetas de sua cidade-Estado!

As reservas de Platão quanto a Homero sem dúvida tinham a ver tanto com o que a poesia é quanto com o que ela *não pode ser*.

Porém, no passado ou no presente, quem pode dizer o que é poesia? Para o escritor argentino Jorge Luis Borges, uma definição de poesia como “a expressão do belo por meio de palavras artisticamente alinhavadas” pode ser suficiente para um dicionário, mas continua sendo “débil”. “Essas realidades estão em um lugar tão profundo dentro de nós”, ele acrescenta, “que somente podem ser expressas por meio de símbolos que todos os seres humanos compartilham”.





© Ernest Pignon-Ernest, avec l'aimable autorisation de la Galerie Lelong & Co.

Compartilhada de forma sensível

A poesia é feita para ser compartilhada de forma sensível. É assim que ela molda o ser humano, de corpo e alma. Ao seguir os caminhos da emoção, da sensibilidade e da imaginação, ela é um veículo para a transmissão de conhecimento e valores humanos – um sentido de bem e mal, de história, de grandes feitos de homens e mulheres, tradições antigas e relações com a natureza.

Se esse conhecimento é um despertar dos sentidos por meio da criação de beleza em forma de linguagem e palavras, também é o cultivo da imaginação e da memória. É desempenho do corpo e de todas as faculdades. Porque a forma – do que é falado ou escrito – conta tanto quanto o significado ou a “mensagem”. Como disse o poeta e filósofo francês Paul Valéry (1871-1945) em seu livro *Ego scriptor*: “O objetivo do poeta não é comunicar um pensamento,

mas sim dar à luz um estado emocional no outro que é semelhante (mas não idêntico) ao dele. O papel da ideia é limitado (nele e no outro)”. Ao se confrontar com as realidades de um mundo incompreensível em que se vê “embutido”, o poeta nunca para de “criar perigosamente”, nas palavras do escritor francês Albert Camus (1913-1960), em seu ensaio *O artista e seu tempo* (Uppsala, Suécia, 14 de dezembro de 1957). É criando perigosamente, para proteger a vida contra ameaças de todos os lados, ou para expressar a alegria de estar no mundo, que o poeta retoma seu lugar – no coração da sociedade.

Poetisa, romancista, filósofa e autora de livros infantis, **Tanella Boni** (Costa do Marfim) é professora da Universidade Félix Houphouët-Boigny, em Abidjan, e vice-presidente da Federação Internacional de Sociedades Filosóficas (FISP). Também é membro da Academia de Ciências, Artes e Culturas da África e das Diásporas Africanas (ASCAD).

Em 2009, este retrato de Mahmoud Darwich (1941-2008), do artista visual francês Ernest Pignon-Ernest, decorava as paredes de Ramala, onde vivia o poeta palestino. Suas “palavras como sons de alarme nunca cessarão de ressoar, inspirar, mobilizar e nos manter em estado de alerta”, insiste o escritor francês André Velter.

***Metecos** eram estrangeiros que tinham permissão para residir na Antenas Antiga.



Nossa convidada



*Giuseppina Nicolini,
ex-prefeita de Lampedusa, Itália.*
© Rocco Rorandelli (terraproject.net)



“É natural que uma ilha seja acolhedora!”

Giuseppina Nicolini

Entrevista a Marina Forti, jornalista italiana

Como prefeita de Lampedusa (entre 2012 e junho de 2017), Giuseppina Nicolini enfrentou com coragem uma das crises mais dramáticas que afetaram a Bacia do Mediterrâneo nos últimos anos: a chegada de milhares de migrantes fugindo de conflitos e da pobreza. Ela explica como os 6,5 mil habitantes dessa pequena ilha italiana ao sul da Sicília reagiram a esse desastre humanitário, demonstrando solidariedade e respeito pela dignidade humana. Um encontro com a mulher que os italianos chamam de “A Leoa”.

Quando a UNESCO lhe deu o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny, em abril de 2017, a sra. o aceitou como uma “homenagem à memória das incontáveis vítimas do tráfico de seres humanos no Mediterrâneo”. O que a sra. quis dizer com isso?

Acho que é tanto algo honesto quanto correto dedicar esse prêmio aos migrantes que perderam a vida cruzando o Mediterrâneo, pois a tragédia humana que estamos testemunhando na região é, na verdade, uma guerra silenciosa. A jornada deles é forçada: forçada pela guerra e pela pobreza, forçada pela nossa política e pelos criminosos organizados que lucram com a situação difícil em que se encontram. Os traficantes oferecem a essas pessoas desesperadas a única saída, já que elas se deparam com portas fechadas.

Neste exato momento, novos muros estão sendo construídos e novos acordos assinados com alguns países do norte da África, com o objetivo único de proteger as fronteiras europeias, e não a vida daqueles que estão tentando alcançar nossas costas. Em contraste, esse prêmio demonstra que existe solidariedade na Europa; que os valores humanitários e de hospitalidade não se perderam.

No entanto, ao se deparar com esse afluxo de migrantes, muitos falam em “invasão”...

É natural que uma ilha seja acolhedora, como eu disse antes. É essencialmente o que a Ilha de Lesbos fez na Grécia. Talvez seja por causa da nossa posição geográfica: a rota de migração passa por Lampedusa. Apesar de que, para ser mais precisa, talvez seja o contrário: a rota é possível porque nossa ilha está no meio do caminho.

Eu não sei o que outras pessoas teriam feito se estivessem na mesma situação, aqui em Lampedusa, neste momento histórico em que tantas pessoas estão em fuga. Qualquer pessoa que sugira “empurrá-los de volta” simplesmente está a uma distância grande demais e não compreende a lei do mar: é impossível empurrá-los de volta. Testemunhar a situação em primeira mão nos ajuda a compreendê-la e desperta o nosso senso de responsabilidade. Aqui, vemos essas pessoas chegando – seres humanos exaustos, com frio, descalços, aterrorizados. Vemos crianças e mulheres grávidas. E é possível ver imediatamente que fizeram essa jornada porque não tinham outra escolha. Em todo caso, é a única coisa que podemos fazer, dada a posição que nos coube geográfica e historicamente. Temos de recebê-los.

Em Lampedusa, passamos por momentos muito dolorosos. Diante de uma tragédia como o naufrágio de 3 de outubro de 2013, em que 386 pessoas morreram, quem podemos culpar? Os mortos? Em momentos como esse, fica claro quem são as vítimas e quais mortes são injustas.

Esta não é a primeira vez que Lampedusa passa por tempos difíceis...

Não, nós passamos por tempos muito difíceis em 2011, quando os acontecimentos na Tunísia obrigaram muitas pessoas a fugir. O ministro das Relações Exteriores na época, Roberto Maroni, decidiu deixar todos os migrantes em Lampedusa – eles não podiam ir para a Itália, ele nos disse. Então, tivemos de repatriá-los diretamente daqui. Mas os procedimentos de repatriação levam tempo e, em dois meses, 25 mil pessoas chegaram aqui, quatro vezes o número de habitantes da ilha!

Como os moradores da ilha reagiram?

Nossas instalações de recepção ficaram sobrecarregadas. Os migrantes estavam vivendo em condições desumanas, nas ruas, no frio. Foi uma emergência falsa, pois 25 mil não é nada se comparado ao que vemos hoje. Se todos tivessem sido distribuídos pela Itália continental, os números teriam permanecido administráveis. Mas deixá-los em Lampedusa suscitou uma crise.

Naquele ano, a ilha sofreu perdas enormes. A economia de Lampedusa depende do turismo, que entrou totalmente em colapso. Mas, mesmo assim, naquelas condições, houve demonstrações de solidariedade. Os moradores tentaram ajudar doando cobertores e alimentos. As pessoas assumiram as responsabilidades do Estado. Se ocorreram protestos, foram direcionados ao governo italiano, não aos tunisianos.



© Federica Mameli / SOS Méditerranée

Operação de salvamento da SOS Méditerranée, ONG que recebeu, junto com Giuseppina Nicolini, o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny 2017, concedido pela UNESCO.

Durante uma crise econômica séria, é muito fácil marcar os migrantes como o inimigo comum. Também é desviar a atenção mascarar as responsabilidades políticas dos que apoiam um modelo desigual de desenvolvimento – criando desigualdades em um contexto que se tornou mais complexo por causa da globalização. A história nos ensina que apontar o dedo para um inimigo de fora também fortalece a autoridade política interna, ao mesmo tempo em que certamente não promove o desenvolvimento de uma consciência cívica ou do senso de pertencimento a uma comunidade.

Hoje em dia, as ONGs estão sendo acusadas de ajudar a atrair migrantes...

De fato, e esse também é o caso da ONG francesa SOS Méditerranée, com a qual eu tenho a honra de dividir o Prêmio Félix Houphouët-Boigny. Mas os que acusam essas organizações se esquecem de que elas apareceram para preencher um vácuo.

Depois da tragédia de 3 de outubro de 2013, testemunhamos outros desastres, alguns ainda mais graves. Em abril de 2015, entre 500 e 700 pessoas perderam a vida em um único naufrágio. Em 2013, alguns políticos europeus vieram aqui e ficaram visivelmente comovidos. O ex-primeiro-ministro italiano

Enrico Letta ficou de joelhos em frente aos caixões brancos de crianças. E o governo italiano lançou a *Mare Nostrum*, a primeira operação humanitária oficial de nosso país. Essa operação durou um ano. Custou muito caro, e a Itália pediu ajuda de seus parceiros europeus.

Mas houve oposição generalizada. A *Mare Nostrum* recebeu as mesmas acusações de que as ONGs hoje em dia: de ser um elemento de atração, e até mesmo de cumplicidade, ao tráfico de seres humanos. Outras operações humanitárias se seguiram, como a Frontex e a Triton, mas seus objetivos eram mais direcionados à segurança e à detecção e combate ao crime.

Então, na segunda metade de 2016, todos os programas foram interrompidos, até mesmo intervenções realizadas por alguns países europeus que faziam parte da Frontex. A Itália se viu mais uma vez isolada, com seus navios da Marinha e da Guarda Costeira. Voltamos ao ponto onde estávamos antes da *Mare Nostrum*. Enquanto o número de mortes continuava a subir, as ONGs preencheram esse vácuo institucional.

Além de estar bastante envolvida com a sociedade civil, a sra. também é uma ecologista comprometida e tem postura contrária, entre outras questões, à especulação imobiliária. O que a levou a se candidatar à prefeitura em uma época tão difícil?

Essas lutas provocaram um movimento democrático constituído de forças dentro da sociedade civil, as quais me pediram para me candidatar com um manifesto contra a degradação social e ambiental que a nossa ilha estava sofrendo. Lampedusa se viu jogada para escanteio, tanto geográfica quanto socialmente, com escolas em deterioração e uma juventude que não tinha outra escolha a não ser ir embora.

Nós nos esforçamos muito e ainda há muito o que fazer, mas as ilhas do arquipélago aprenderam a viver de novo. Investimos em transporte público, reciclagem, energia solar e escolas. Antes, tínhamos somente uma faculdade de ciências; agora, também temos um hotel e um instituto de turismo.



Dezenove mil pessoas resgatadas em 15 meses

“Nós estamos muito felizes por receber este prêmio junto com Giusi Nicolini”, disse Sophie Beau, cofundadora e vice-presidente da SOS Méditerranée, ao receber o Prêmio Félix Houphouët-Boigny. “Nós a visitamos em Lampedusa quando fundamos nossa associação em 2015, para explicar o nosso projeto de iniciar atividades de resgate com um navio fretado por cidadãos europeus. Ela disse a Klaus Vogel, nosso cofundador: ‘Vocês são malucos, mas estou com vocês’”.

“Não podemos simplesmente ficar olhando sem fazer nada, enquanto milhares de pessoas se afogam no mar bem à nossa frente, nos portões da Europa”, exclama Beau. Essa foi a conclusão que levou Vogel, um capitão mercante alemão, e Beau, uma especialista em programas humanitários, a fundar a SOS Méditerranée, uma ONG europeia para resgate em alto-mar.

O campo de ação da ONG é o Mediterrâneo, que milhares de migrantes e refugiados fugindo da guerra e da fome tentam cruzar para alcançar a costa da Europa, arriscando suas vidas no processo. Pelo menos 46 mil pessoas morreram no mar nos últimos 15 anos.

A ONG se fundamenta nos valores tradicionais de ajuda mútua entre marinheiros e conta com a colaboração das autoridades italianas: o Centro de Coordenação de Resgate Marítimo, em Roma.

O centro nervoso da iniciativa é o *Aquarius*, um navio de 77 metros, operado por uma tripulação de 11 pessoas, junto com uma equipe dos Médicos sem Fronteiras e uma equipe de resgate da SOS Méditerranée. No total, 30 pessoas estão sempre de prontidão para lidar com uma capacidade de 500 passageiros, às vezes mais.

Em 15 meses de operação perto da costa da Líbia (de fevereiro de 2016 a maio de 2017), a associação resgatou mais de 19 mil pessoas. A maioria dos sobreviventes vem da África Subsaariana, principalmente do Oeste e do Chifre da África, mas também dos seguintes países: Bangladesh, Síria, Líbia, Paquistão e Palestina.

Estou convencida de que o futuro de uma ilha como Lampedusa está relacionado ao destino geopolítico do Mediterrâneo. Queremos que esse mar se transforme em um centro de intercâmbio, tanto político quanto cultural. Mas, antes de chegarmos lá, devemos parar de usar territórios como prisões para migrantes, que é o que Lampedusa quase se tornou.

Temos de cultivar a tradição de acolhimento em sua forma mais pura, com as ilhas servindo como etapas de uma jornada e pontos de primeiros-socorros para migrantes, que então serão transferidos para um segundo centro de recepção, livres de qualquer lógica de emergências. Assim, como observado antes, migração e turismo podem coexistir, e a ilha pode prosperar.

Eu sinceramente espero que o prêmio que a UNESCO ofereceu à SOS Méditerranée e a mim estimule outras iniciativas. O nosso exemplo demonstra a grande força dos territórios pequenos.

Admirada por sua coragem e humanidade, **Giuseppina Nicolini** nasceu em Lampedusa, Itália. Ecologista militante, ela foi responsável por conseguir que a *Spiaggia dei Conigli* (Praia dos Coelho), uma ilha perto de Lampedusa, fosse declarada reserva natural em 1997. Foi prefeita de Lampedusa de maio de 2012 a junho de 2017, e lutou muito para que as autoridades italianas e europeias tomassem medidas quanto à crise de migração. Em 2016, ela recebeu o Prêmio pela Liberdade das Mulheres Simone de Beauvoir, em reconhecimento por seus esforços.

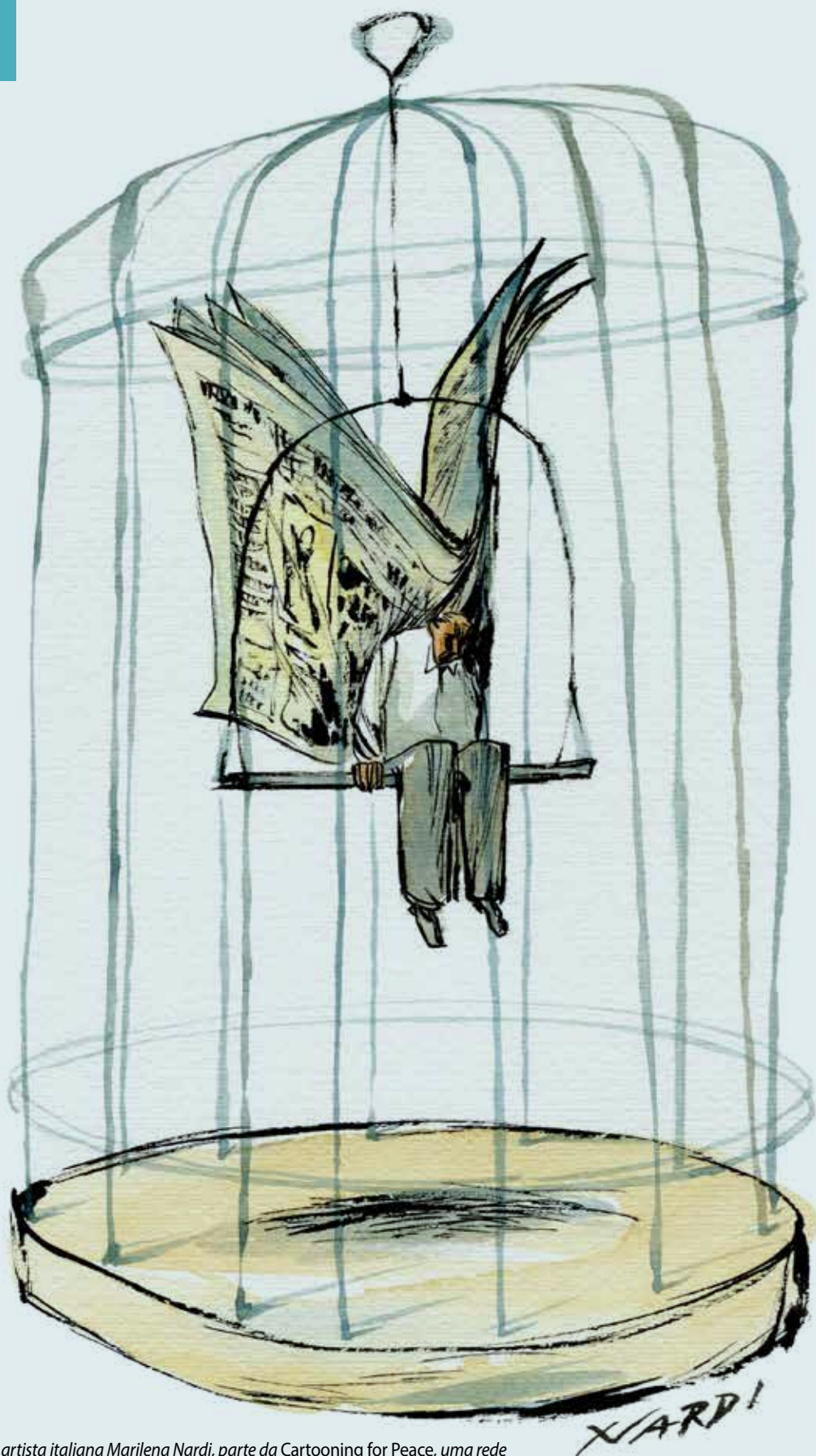
Askavusa, um coletivo que nasceu em março de 2009, em Lampedusa, criou o espaço de exposição permanente PortoM, para exibir objetos encontrados nos barcos dos migrantes.



© Camille Millerand / Divergence (www.camillermillerand.com)



Assuntos atuais



Desenho da artista italiana Marilena Nardi, parte da Cartooning for Peace, uma rede internacional de cartunistas editoriais engajados politicamente, apoiada pela UNESCO.

© Nardi (Itálie) - Cartooning for Peace



Dawit Isaak, um símbolo da liberdade de imprensa que precisa ser libertado

por Nathalie Rothschild

Dawit Isaak se tornou um símbolo internacional da luta pela liberdade de imprensa. Ele foi agraciado com o Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa UNESCO-Guillermo Cano 2017, que sua família diz ter servido para reacender a esperança de que ele seja libertado em breve.



© Kalle Ahlsen

Foto de Dawit Isaak tirada em 1987-1988, logo após sua chegada à Suécia.

Faz quase 16 anos que o jornalista, dramaturgo e autor Dawit Isaak foi preso sem julgamento na Eritreia, sua terra natal. Isaak, que ganhou o Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa UNESCO-Guillermo Cano 2017, tornou-se um nome conhecido na Suécia – de onde ele é cidadão e onde atualmente moram seus três filhos e outros membros da família. Um retrato de Isaak do final dos anos 1980 se tornou um símbolo internacional na luta pela liberdade de imprensa e pela liberdade de expressão. Isaak foi designado "prisioneiro de consciência" pela Anistia Internacional, que reivindicou sua libertação imediata e incondicional.

Ao longo dos anos, iniciativas diplomáticas de cinco governos de seu país de adoção, campanhas internacionais de lobby, esforços da sociedade civil e campanhas com a participação de celebridades ajudaram a manter o caso de Isaak em destaque. Porém, o governo da Eritreia não ouviu esses apelos por sua liberdade, nem lhe ofereceu o devido julgamento ou qualquer contato com o mundo, com exceção de uma breve saída da prisão em 2005.

Nascido em 27 de outubro de 1964, nos primeiros anos da Guerra de Independência

da Eritreia, que durou 30 anos (de setembro de 1961 a maio de 1991), Isaak cresceu em Asmara. Seus pais eram donos de uma pequena *delicatessen* italiana e, contando com Isaak, tinham cinco filhos.

Quando Isaak tinha 20 e poucos anos, a luta entre a Frente de Libertação Popular da Eritreia e o exército etíope se intensificou, e a União Soviética retirou seu apoio ao governo da Etiópia. Em 1987, Isaak fugiu do país para a Suécia, onde trabalhou inicialmente como faxineiro.

Comprometido com a democracia

Isaak continuou comprometido com a luta por uma Eritreia livre e democrática, de acordo com seu irmão mais novo, Esayas Isaak. "Tenho poucas lembranças de infância de Dawit, já que ele é dez anos mais velho do que eu, mas, quando eu era adolescente, ele foi meu professor de língua tigrínia aqui na Suécia. Ele costumava repetir: "Não se esqueça de sua língua, de seu país, de suas raízes".

"Cultura e identidade eram importantes para ele. Ao mesmo tempo, ele respeitava a



© Presidential Palace Press Bureau

Betlehem Isaak, filha de Dawit, na celebração do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa em Jacarta (Indonésia), em maio de 2017.

sociedade sueca e se adaptou à vida aqui”, declarou Esayas.

Em 1993, um ano após obter a cidadania sueca, Isaak voltou para uma Eritreia recém-independente, onde se casou e teve três filhos: os gêmeos Yorun e Betlehem, e sua irmã Danait, que é quatro anos mais nova.

“Uma das lembranças mais antigas que tenho do meu pai é de ele ensinando a mim e a meu irmão a ler; e, a partir dos 4 anos de idade, ele nos ensinou matemática”, diz Betlehem Isaak, que agora tem 23 anos. “Ele queria muito que aprendêssemos sobre a nossa história e sobre o mundo à nossa volta, embora nem sempre ele fosse muito pedagógico! Mas ele fez o que pôde. Ele era um pai muito comprometido”.

No final dos anos 1990, os esforços de liberalização da sociedade da Eritreia pareciam ter dado resultado. O país publicou uma nova lei que autorizava a propriedade privada de meios de comunicação impressos – uma liberdade da qual Isaak se aproveitou ao se tornar cofundador do primeiro jornal independente da Eritreia, o *Setit*, batizado com o nome do único rio eritreu que corre o ano todo.

Fluxo livre de informações

“Queríamos que o nosso jornal fluísse como um rio sem interrupções”, explicou Aaron Berhane, que foi cofundador do *Setit* com Isaak.

Isaak se tornou um dos donos do *Setit* e foi um colunista prolífico, cobrindo cultura e assuntos locais. Porém, não demorou muito para que novos confrontos eclodissem entre a Etiópia e a Eritreia, e Isaak foi obrigado a fugir para a Suécia – sua esposa e seus filhos foram logo em seguida. Embora a situação política tenha continuado instável na Eritreia em 2001, Isaak decidiu voltar para casa. Logo ele se viu envolvido em uma polêmica perigosa, quando o *Setit* publicou uma carta aberta para o presidente da Eritreia. Alguns meses depois, todos os jornais independentes foram proibidos – 11 dos signatários da carta (que incluíam políticos de alto escalão) e dez jornalistas, incluindo Isaak, foram presos.

As prisões aconteceram somente algumas semanas após os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos. “O mundo mudou completamente desde aquela época. Ele [Dawit] perdeu tanta coisa”, disse Esayas. “Às vezes, eu sinto que ele está prestes a ser esquecido, sinto que há um clima de cansaço nos esforços para

libertá-lo. Mas então, outras vezes, sinto que alguma coisa *tem* de acontecer.

“Também tenho uma sensação de esperança renovada, agora que meu irmão ganhou o Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa da UNESCO, o que chama atenção para o caso dele no âmbito das Nações Unidas”, ele completou.

“Acredito que este prêmio represente um sinal importante e significativo conta o tratamento a que Dawit Isaak tem sido submetido”, disse Cilla Benkö, diretora-geral e CEO da *Sveriges Radio* e presidente do júri do Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa da UNESCO 2017. “Ele foi preso sem contato algum com seus entes queridos e sem julgamento. É uma situação completamente inaceitável”, ressaltou Benkö.

Esperança renovada

Dias antes da cerimônia do Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa da UNESCO, em Jacarta, na Indonésia, que coincidiu com o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio de 2017, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (ACHPR) anunciou que iria assumir o caso de Isaak. A decisão aconteceu depois de os advogados de Isaak terem enviado uma petição para a Comissão, com base no princípio do *habeas corpus* – uma ordem judicial que manda



© Henry Gylander

que um indivíduo ou governo que tenha restringido a liberdade de outrem apresente o prisioneiro e justifique sua detenção. Embora as autoridades da Eritreia tenham aceitado esse princípio, elas negaram o direito de julgamento a Isaak e aos outros jornalistas detidos desde setembro de 2001.

A Comissão declarou que vai questionar a Eritreia quanto ao não cumprimento pelo país das convenções internacionais sobre direitos humanos – uma promessa que deu novas esperanças à família de Isaak. Contudo, Betlehem arrisca somente um otimismo cauteloso. “Isso significa *alguma coisa*, mas se vai ou não ter algum impacto, ainda depende da Eritreia. Eles têm o poder de decidir sobre o destino do meu pai”, ela disse.

Esayas considerou a decisão um “resultado positivo”. “Isso é uma mensagem para a comunidade internacional e para o Estado da Eritreia, que tem cometido graves violências contra meu irmão já faz 16 anos. Eu só posso esperar que os que detêm o poder estejam ouvindo e façam alguma coisa”.

Diplomacia silenciosa

“Levou um tempo para que o governo, a mídia e a sociedade civil da Suécia comessem a dar atenção ao caso do meu irmão”, disse Esayas. Porém, eventualmente, o governo da época começou a exercer uma “diplomacia silenciosa” junto à Eritreia em prol de sua libertação. Um breve raio de esperança quando Isaak foi solto em novembro de 2005 logo se extinguiu quando ele foi detido novamente dois dias depois, a caminho de um hospital. A esperança se reacendeu alguns anos depois,

O evento Sit with Dawit (Sente-se com Dawit) foi lançado em 2016 pela campanha Free Dawit (Libertem Dawit), para o engajamento à causa de Isaak. Réplicas da cela de Dawit foram instaladas em vários locais: nelas, as pessoas podem passar 15 minutos sentadas sozinhas na escuridão – para refletir sobre como devem ser os quase 16 anos de confinamento solitário de Dawit e demonstrar solidariedade para com ele. Esta fotografia foi tirada no cinco milésimo dia de prisão de Dawit, em uma das principais praças de Estocolmo.

quando um ex-guarda da prisão que havia fugido da Eritreia disse à mídia sueca que Isaak estava vivo, mas que não passava bem e estava detido em condições desumanas. Acredita-se que Isaak tenha passado a maior parte dos últimos 16 anos em confinamento solitário, sozinho em uma cela escura.

A história de Isaak demonstra que “nós precisamos de jornalistas que exijam responsabilização dos detentores do poder, mas, infelizmente, essa postura é cada vez mais associada a grandes riscos”, disse Benkö.

“Devemos agradecer por existirem pessoas dispostas a se arriscar para oferecer a todos nós descrições da realidade às quais, se não fossem por eles, não teríamos acesso. Dawit é um exemplo desse tipo de pessoa, e existem jornalistas em todo o mundo que oferecem garantias importantes de que a liberdade de expressão seja observada... Estou orgulhosa de que o júri que presido tenha sido unânime em sua decisão de dar o Prêmio Mundial de Liberdade de Imprensa da UNESCO para Dawit Isaak. Esse prêmio vai contribuir para pressionar aqueles que mantêm Isaak aprisionado”, completou Benkö.

Nathalie Rothschild (Suécia) é produtora e repórter da *Sveriges Radio*, a rádio pública nacional da Suécia, e jornalista *freelancer*. Seus artigos saíram em publicações internacionais como *The Wall Street Journal*, *The Atlantic*, *The Guardian* e *Foreign Policy*.



© Britt Stakston

Reconstrução:

mudar atitudes

por Christina Cameron

Desastres naturais e um aumento dos ataques terroristas fizeram com que o patrimônio cultural mundial sofresse perdas maiores nos anos recentes. Isso levou a uma atitude mais favorável por parte do Comitê do Patrimônio Mundial e pela UNESCO quanto à reconstrução de sítios danificados ou destruídos, diante da oposição tradicional.

Com este artigo, O Correio da UNESCO marca a realização da 41ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, em Cracóvia, na Polônia, em julho de 2017.

© OUR PLACE World Heritage Collection (www.ourplaceworldheritage.com)



A destruição mundial do patrimônio cultural, que agora ocorre em uma escala jamais vista, traz o foco para a questão de se reconstruir ou não lugares importantes como forma de recuperar seu significado.

A demolição, em 2001, das antigas estátuas de Buda no Vale de Bamiyan, no Afeganistão, foram o prenúncio de uma onda de profanação deliberada dos icônicos sítios culturais do mundo, incluindo Palmira e Aleppo, na Síria. A UNESCO considera esses ataques a Sítios do Patrimônio Mundial como uma forma de “limpeza cultural”,

que demanda novas políticas nacionais e internacionais, assim como o envolvimento das Nações Unidas, da Interpol e da Corte Penal Internacional.

Além disso, desastres naturais estão destruindo grandes partes de edifícios, como vimos no terremoto de 2015 no Vale de Katmandu, no Nepal, quando centenas de estruturas dentro do Sítio do Patrimônio Mundial foram afetadas.

A reconstrução não é uma prática nova. Suas raízes são encontradas nas culturas



O Domo Genbaku do Memorial da Paz de Hiroshima, Japão, preservado exatamente no mesmo estado no qual foi encontrado, após ter sido atingido pela primeira bomba atômica em 6 de agosto de 1945.

ocidentais do século XIX, quando foi criado o conceito de monumentos históricos e se desenvolveu a consciência de um passado histórico, devido à rápida industrialização da sociedade e sua consequente ruptura com o passado. Arquitetos procuraram substituir partes faltantes de monumentos históricos como uma forma de restaurar seu esplendor original. A reconstrução, pelo arquiteto e teórico francês do neogótico Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, das paredes da cidade histórica fortificada de Carcassonne, na França, é um desses casos. No século XX, essa tendência era particularmente forte na América do Norte, onde réplicas históricas serviam como museus históricos vivos, muito populares entre visitantes e eficientes como formas de apresentação e interpretação do passado. O exemplo mais famoso disso pode ser encontrado na cidade colonial de Williamsburg, na Virgínia, onde 350 edifícios foram reconstruídos nos anos 1930, e outros de períodos posteriores foram destruídos, em uma tentativa de criar um parque interpretativo do período colonial dos Estados Unidos no século XVIII.

Pode-se inclusive argumentar que a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 se originou em um projeto da UNESCO: o desmantelamento e a reconstrução dos monumentos núbios de Abu Simbel a Philae, no Egito. Essa importante área arqueológica, que seria inundada pela Barragem de Assuã, era um sítio com monumentos e templos de 3 mil anos. Esses tesouros foram salvos por uma campanha internacional inédita realizada pela UNESCO, que durou 20 anos, de 1960 a 1980.

Honestidade e transparência

A questão permanece: construir ou não reconstruir. Profissionais de conservação do patrimônio tradicionalmente se opõem à reconstrução, porque essa prática pode falsificar a história e criar lugares fictícios que nunca existiram daquela forma. Essa oposição começou no século XIX e ganhou força depois da reiterada orientação do historiador da arte e arqueólogo francês Adolphe Napoléon Didron, de que “para monumentos antigos, é melhor consolidar

do que consertar, é melhor consertar do que restaurar, é melhor restaurar do que reconstruir”.

Em 1883, na Prima Carta del Restauro, o arquiteto italiano Camillo Boito enunciou oito princípios para a conservação do patrimônio que insistem na honestidade e na transparência quando partes faltantes forem acrescentadas às construções. Essas ideias eventualmente foram expressas no texto doutrinário central para o século XX, que é a fundação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). A Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos e Sítios de 1964, conhecida como Carta de Veneza, descarta a reconstrução e insiste na ideia de que a restauração deve parar no ponto onde se inicia a conjectura. Padrões e diretrizes subsequentes expressaram de forma consistente cautela quanto à reconstrução de sítios históricos. Existem exceções: a Carta do ICOMOS Austrália para a Conservação de Lugares e Bens Patrimoniais de Valor Cultural, conhecida como Carta de Burra, aprovada em 1979, aceita a reconstrução desde que ela reflita um padrão de uso ou prática cultural que mantenha seu valor cultural. Contudo, mesmo nesse caso, defende-se “uma abordagem cautelosa quanto à modificação de um local”.

Mudança de atitude

Em seus primeiros anos, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO seguiu a doutrina do ICOMOS e, em geral, se opunha a reconstruções. Em 1980, foi feita uma exceção para a cidade histórica de Varsóvia, cuja reconstrução em grande escala foi vista como um símbolo do patriotismo do povo polonês. Até recentemente, em grande medida, o Comitê manteve essa atitude contrária à reconstrução de sítios, embora tenha havido outras exceções. Por exemplo, a inclusão na Lista do Patrimônio, em 2005, da Área da Ponte da Cidade Velha de Mostar, na Bósnia e Herzegovina, foi justificada com base na restauração de seu valor cultural, uma dimensão intangível da propriedade. No caso das Tumbas dos Reis Buganda em Kasubi, em Uganda, que foram destruídas em um incêndio em 2010, o Comitê concedeu aprovação provisória

para a reconstrução, sob a condição de que a nova estrutura tivesse como base documentação sólida, técnicas e formas tradicionais e o uso continuado. De fato, a versão atual das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial do Comitê ainda reflete a Carta de Veneza quando declara: “No que diz respeito à autenticidade, a reconstrução de vestígios arqueológicos, ou monumentos, ou bairros históricos só se justifica em circunstâncias excepcionais. A reconstrução só é aceitável se tiver por base uma documentação completa e pormenorizada, não podendo ser, de modo algum, conjectural”.

No entanto, à luz dos recentes ataques por extremistas a locais do patrimônio, as decisões do Comitê do Patrimônio Mundial e da UNESCO refletem uma mudança de atitude quanto à reconstrução. A justificativa para essa mudança tem como base, em parte, as ideias expressas no Documento Nara sobre a Autenticidade – que foi “concebido no espírito da Carta de Veneza” em 1994, e aprovado pelo ICOMOS –, em que o uso ampliado de atributos intangíveis produz um argumento mais forte a favor da reconstrução.

O início dessa mudança pode ser marcado pela destruição deliberada, em 2012, dos mausoléus sufi no Sítio do Patrimônio Mundial de Tombuctu, no Mali. Contrariando os apelos da diretora-geral da UNESCO e do Comitê para preservar essas tumbas reverenciadas, extremistas as atacaram com um renovado sentido de vingança até destruírem 14 mausoléus. Desde essa época, a UNESCO liderou um processo de reconstrução que foi concluído em tempo recorde, em 2015. Esse é um bom exemplo a ser utilizado para responder à pergunta “reconstrução: contra ou a favor?”. Vale notar que os valores listados na Declaração de Valor Universal Excepcional enfocam as tumbas como testemunhas do passado de Tombuctu, sem mencionar valores comunitários ou técnicas arquitetônicas. Foi somente após a destruição das tumbas que a comunidade e os valores intangíveis foram invocados.

© Ammar Abd Rabbo / Abaca Press



Ferramenta de regeneração

Os argumentos a favor da reconstrução têm como base, principalmente, a comunidade local: técnicas tradicionais de construção são transmitidas dos mais velhos para uma nova geração de construtores, o projeto reúne toda a comunidade e os sítios continuam a servir como espaços religiosos para cerimônias e contemplação. De fato, o envolvimento da comunidade local na reconstrução das tumbas é visto, em parte, como um processo de reconciliação e como uma ferramenta de regeneração.

Os argumentos contra a reconstrução, além das regras que constam no documento de Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, incluem a falta de transparência no processo decisório da UNESCO e o receio de que as decisões sejam realizadas fora da comunidade local, por organizações profissionais e governamentais. Nesses casos, é importante documentar o processo decisório, para que as futuras gerações possam entender como as escolhas foram feitas, que opções foram consideradas, que valores permanecem e quais valores novos foram criados. Além disso, existe a ideia de se reservar um tempo para refletir após um trauma como



Lençóis feitos de retalhos estendidos pela rua para atrapalhar os atiradores na guerra que devastou Aleppo, Síria.

o de Tombuctu, para que haja espaço para maiores considerações ao longo do tempo e das gerações; a reconstrução de todas as tumbas pode acabar apagando a memória ao longo do tempo e retirando das pessoas o espaço de reflexão sobre o passado. A parcialmente destruída Cúpula Genbaku, no Memorial da Paz de Hiroshima, no Japão, serve exatamente a esse propósito, como lembrança da força mais destrutiva já criada pela humanidade.

Necessidade de uma nova orientação

Sobre a questão da reconstrução, o processo decisório *ad hoc* do Comitê parece estar levando a novas abordagens. A mudança representa um desafio para os guardiões da doutrina da conservação, tais como o ICOMOS, porque as decisões vindas de um órgão internacional tão prestigiado conferem credibilidade a um padrão de conservação diferente. À luz de circunstâncias em processo de mudança, é necessário haver uma nova orientação.

As cartas de conservação devem dar espaço a novas ideias, e as ferramentas do Patrimônio Mundial precisam ser atualizadas.

Desde o surgimento da doutrina da conservação no século XIX, cada geração vem acrescentando novos princípios e diretrizes. Uma doutrina de conservação com base em materiais, como se encontra nas Diretrizes Operacionais do Patrimônio Mundial, ainda é parte do nosso legado. A Carta de Burra traz uma mudança importante quanto à conservação com base em valores, com foco no patrimônio e nos valores culturais. A Declaração de Nara, com sua ênfase na diversidade cultural e na natureza relativa dos valores, estimula os agentes do patrimônio a interpretar a Carta de Veneza por meio dessa nova lente. Essa abordagem cumulativa é um bom ponto de partida para se encarar a questão da reconstrução.

Christina Cameron (Canadá) é professora e titular da Cátedra de Pesquisa em Patrimônio Construído do Canadá, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Montreal. Assumiu posições de liderança no campo de patrimônio na agência *Parks Canada* por mais de 35 anos. Cameron teve presença ativa na área de Patrimônio Mundial da UNESCO como diretora da delegação canadense (1990 a 2008) e presidente (em 1990 e 2008).

Alfabetização

na primeira infância: a chave para a fluência

por Helen Abadzi

Em uma época em que os deslocamentos de refugiados em grande escala criam sérias interrupções na alfabetização de milhares de crianças, a especialista em educação Helen Abadzi – cujo trabalho ajudou a elevar a fluência em leitura nos anos iniciais a uma prioridade internacional de alto nível – defende fortemente que países e instituições “vacinem” as crianças desde cedo com a alfabetização e, definitivamente, antes dos 18 anos.

Todos os dias 8 de setembro, no Dia Internacional da Alfabetização, minha memória se volta para as mulheres analfabetas da minha juventude. A pobreza e os conflitos étnicos na minha Grécia natal eram graves décadas atrás, e os mesmos problemas educacionais persistem até hoje.

Nos anos 1930, quando meninas de áreas rurais raramente frequentavam a escola, duas tias em Atenas contrataram uma jovem. Elas eram professoras e de forma diligente a ensinaram a ler na ortografia relativamente consistente do grego. Maria aprendeu as letras, mas nunca foi além da leitura de palavras isoladas. Finalmente, ela desistiu. Ela cuidava de crianças que estudaram antes dela, mas, mesmo assim, morreu analfabeta aos 90 e tantos anos.

Conflitos étnicos e deslocamentos impossibilitaram que a irmã de meu pai tivesse oportunidades. A família fugiu da Turquia para a Grécia em 1922, os pais morreram e ela nunca foi para a escola. Ela aprendeu a ler o básico quanto tinha 40 e poucos anos, com a filha, que era professora. Ela passou 50 anos em uma cidade grande, rodeada por palavras impressas. Porém, fiz um teste quando ela tinha 97 anos e descobri que ela conseguia ler apenas letras maiúsculas e com muita hesitação. Na melhor das hipóteses, ela conseguia adivinhar os nomes das linhas de ônibus.

O desempenho de Sofia, que tomou conta de mim, foi muito diferente. Obrigada a sair da Turquia em 1922, ela cursou o primeiro ano da escola antes de se tornar órfã e sem-teto. Quando eu estava aprendendo a ler, era ela quem me ajudava. Ela lia nossos livros didáticos fazendo paradas, e nós ríamos. Mas ela conseguia processar frases inteiras, então, continuou praticando e melhorou. Nos últimos anos de sua vida, ela colocava seus óculos de leitura, abria o jornal e lia as notícias para minha mãe.

Esta cena em três dimensões reproduz o desenho de Walaa, 11 anos, que evoca a memória da época em que sua escola foi bombardeada, em sua cidade natal, na Síria. Ela foi produzida pelos amigos da menina no campo de refugiados na Planície de Beca, no Líbano. Essas crianças participam de atividades educativas, em especial de leitura, oferecidas por uma escola da organização Save the Children.





Dislexia em adultos

Décadas depois, como especialista em educação do Banco Mundial, eu analisava e avaliava projetos de alfabetização de adultos. Governos e ONGs realizavam grandes esforços para ensinar adultos nos anos 1980 e 1990, mas os casos me lembravam dessas imagens da infância. Em Bangladesh, os estudantes decodificavam as letras com grande dificuldade, mesmo depois de um ano de estudo. Em Burkina Faso, os adultos que haviam completado os cursos liam fazendo pausas e tinham inclusive dificuldade de ler suas próprias caligrafias. Em contraste, pessoas com pouca educação que haviam aprendido a

ler durante a infância liam fluentemente, como Sofia. A diferença era gritante.

Não são somente os adultos não escolarizados que leem com dificuldade. Estrangeiros com educação formal que estão aprendendo idiomas com alfabetos desconhecidos vivenciam as mesmas dificuldades. Acadêmicos “ocidentais” e profissionais de ajuda humanitária que passam décadas na Etiópia ou em Bangladesh podem falar fluentemente as línguas desses países, mas até o fim da vida leem como se fossem estudantes primários. Eles dizem que veem um amontoado de letras que devem ser decodificadas uma por uma. A leitura acaba sendo uma tarefa tediosa e, por isso, muitos a evitam.

Esses eventos apontam para um fenômeno único, que poderia ser chamado de “dislexia em adultos recém-alfabetizados”. Ele parece se tornar significativo por volta dos 19 anos de idade e, provavelmente, afeta a todos nós. Estudantes universitários que têm de aprender alfabetos diferentes depois dos 18 anos tipicamente leem devagar e passam décadas com dificuldade para decifrar textos. Vários estudos cognitivos e neurocientíficos mostram dificuldades duradouras de leitura entre adultos. A dislexia adulta pode explicar parcialmente os resultados desanimadores dos programas de alfabetização de adultos em todo o mundo. Contudo, ela passou despercebida. Educadores normalmente atribuem esses fracassos a problemas sociais, à motivação do estudante ou a problemas organizacionais. Esses certamente são fatores importantes, mas os resultados entre os que persistem são desalentadores. Além disso, como essa estranha dislexia permaneceu invisível, poucas pesquisas foram realizadas sobre ela.

Porém, o que é uma leitura sem esforço e por que isso é importante? Essa competência parece ser um rito de passagem comum da infância, mas ela depende de mudanças específicas no cérebro.

Crianças podem ser “vacinadas” com a alfabetização

A origem da leitura é uma função de aprendizado perceptivo; nos primeiros poucos milissegundos, é algo desconectado do significado. Com a prática, as formas das letras se agrupam e são processadas simultaneamente no cérebro. O cérebro faz isso com maior eficiência se os símbolos forem ensinados um por um, com analogias de padrões. A prática combina unidades pequenas para formar unidades maiores. Alguns alfabetos e sistemas de ortografia demandam mais tempo de aprendizado. No entanto, em todas as culturas, da França à China, as pessoas usam as mesmas estruturas cerebrais para ler.



© Patrick Willocq / Save the Children

Inicialmente, os estudantes decodificam letras isoladas e realizam um esforço consciente. Após muitas horas de prática, o processamento passa a acontecer em uma parte do cérebro que reconhece palavras como se fossem rostos. Então, várias letras são decodificadas com apenas um olhar, como traços faciais. De forma simultânea, a leitura se torna fácil, automática. Não conseguimos nos forçar a não ler, assim como não é possível parar voluntariamente de reconhecer as pessoas que conhecemos. Isso pode acontecer na escala de 45 a 60 palavras por minuto.

Graças ao aprendizado perceptivo, os seres humanos podem aprender a reconhecer pegadas, notações musicais, números, equações matemáticas, constelações astronômicas ou sinais de previsão do tempo. E, uma vez que essa função visual é

aprendida e praticada de forma repetida, ela raramente é esquecida. Por isso, as crianças podem ser “vacinadas” com a alfabetização.

Estranhamente, não precisamos conhecer uma língua para a ler fluentemente, nem precisamos saber escrever as letras! Milhões de crianças em todo o mundo aprendem a ler, por motivos religiosos, textos em línguas desconhecidas que têm alfabetos diferentes do alfabeto oficial de seu país. Ajuda muito aprender um sistema ortográfico consistente, como o espanhol ou o hindi, ao invés de um inconsistente, como o inglês ou o khmer. Porém, para entender um texto, devemos ter fluência. As limitações da memória de curto prazo exigem velocidade. Adultos com educação formal podem ler de 250 a 350 palavras por minuto.

Crianças que abandonam a escola *depois* de passarem a ler automaticamente

conseguem ler cartazes impressos à sua volta e, assim, dispõem de prática suficiente para manter essa habilidade e aperfeiçoá-la. Esse foi o caso de Sofia, a minha cuidadora na infância. Contudo, se abandonam a escola antes de conquistar a fluência, a decodificação letra por letra se torna tediosa demais. Como Maria e a irmã de meu pai, elas podem passar por letreiros de lojas e placas na rua, mas não serão capazes de lê-los.

Infelizmente, a capacidade das crianças de automatizar um conjunto grande de símbolos tem um prazo determinado. Alguns circuitos neurais envolvidos na percepção têm períodos críticos e se desaceleram de forma gradual durante a adolescência. Se o processo de automatização da leitura é interrompido por anos, pode-se perder um tempo precioso que jamais será recuperado.

Parachiva, 80 anos, lê à luz velas. Ela vive em uma aldeia remota na região de Bucóvina, na Romênia.



© Radu Dumitrescu



Fluência até os 18 anos

Os deslocamentos em grande escala de refugiados ocorridos no século XXI criaram a tempestade perfeita em termos de analfabetismo. A educação de muitas crianças foi interrompida em momentos críticos. Saindo da Síria para a Grécia e para a Alemanha, talvez elas nunca venham a automatizar o alfabeto árabe, que apresenta um alto grau de complexidade perceptiva. Para alguns, essa ruptura pode acabar sendo permanente. Além disso, o deslocamento não é a única ameaça para alfabetização de crianças. Países de baixa renda expandiram seu sistema educacional com pouco conhecimento sobre como ensinar as pessoas pobres, e os resultados criaram uma geração de analfabetos com educação formal. Os problemas se agravam pelo uso do inglês e do francês, línguas que têm ortografias complexas. Assim, um grande número de estudantes africanos consegue, no máximo, decifrar somente algumas letras ou palavras nesses idiomas. Alguns acabam frequentando turmas de alfabetização de adultos, mas, de acordo com o Banco Mundial, pode ser tarde demais para a leitura automatizada.

Essas realidades neurológicas também trazem implicações para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De acordo com o ODS 4.6, os governos devem garantir que todos os jovens e uma proporção substancial de adultos, homens e mulheres, sejam alfabetizados e saibam realizar operações matemáticas até o ano de 2030. Para facilitar o processo de aprendizagem e a carga de trabalho dos professores, as pesquisas neurocognitivas têm de ser colocadas em prática.

Para ativar a função de aprendizado perceptivo, não é necessário desenvolver atividades complexas de ensino. Os professores devem ensinar fonética letra a letra e analogias de padrões, bem como incluir muita prática na sala de aula, com comentários por parte dos alunos. A prática combina pequenas unidades em unidades maiores, em palavras e frases. Livros grossos ou em grandes quantidades são indispensáveis para o desenvolvimento

da competência de “reconhecimento de rostos”. Eles devem usar letras grandes e espaçadas para se adaptar às demandas visuais do cérebro. A escrita ajuda na leitura, e é preciso aprender vocabulário para que ocorra a compreensão dos textos. Como o processo de leitura é universal, de 45 a 60 palavras podem representar um razoável objetivo de automatização em quase todas as línguas e alfabetos. Para que seja possível aprender com textos e desfrutar da leitura, essa velocidade deve ser atingida até o final do segundo ano da escola.

Doadores e governos recebem muitos conselhos confusos sobre a leitura. Métodos tradicionais letra a letra que se conformam melhor aos processos do cérebro foram substituídos por atividades que abrangem toda a língua, refletindo as percepções da classe média. Os efeitos nas camadas mais pobres da população podem ser muito sérios. Estudantes de línguas com ortografia consistente podem aprender a ler na primeira série o suficiente para suportar interrupções posteriores. Silabários antigos costumavam obter esse resultado. Porém, métodos mais “modernos” desaceleraram o processo, deixando os alunos vulneráveis a choques inesperados na vida, os quais podem transformá-los em analfabetos funcionais.



© Merijn Hos (merijnhos.com)

Visualização imaginária da especialização cerebral para diferentes habilidades cognitivas, pelo artista visual holandês Merijn Hos.

O Dia Mundial da Alfabetização serve para nos lembrar de que devemos garantir a automatização durante a infância. Essa função tem um prazo final: todas as crianças precisam se tornar fluentes em um ou mais alfabetos até, no máximo, os 18 anos. No futuro, pesquisas biomédicas talvez sejam capazes de atenuar esse fenômeno neurológico, mas, para 2030, o objetivo é claro. Guerras e deslocamentos populacionais parecem ser uma característica da evolução humana, mas a comunidade educadora precisa estar preparada. Governos e doadores devem usar as pesquisas disponíveis para alcançar a automatização até o primeiro ano. Em casos de rupturas de emergência, os adultos deveriam ter um desempenho mais parecido com o de Sofia do que com o de Maria.

Helen Abadzi é uma psicóloga e pesquisadora grega da Universidade do Texas, em Arlington. Ela foi especialista sênior em educação de adultos junto ao Banco Mundial por 27 anos e utilizou a psicologia cognitiva e a neurociência para melhorar os resultados de investimentos em educação. Abadzi, que foi indicada para compor o júri de cinco membros do Prêmio Internacional de Alfabetização da UNESCO em 2015, presidiu o júri em 2016 e manteve esse posto até junho de 2017.

Compartilhamento livre e legal para uma melhor aprendizagem

by David Kindler (CC BY 2.0)



Cable Green, diretor de Educação Aberta em Creative Commons.

Com este artigo, licenciado sob uma *Creative Commons Attribution 4.0 International Licence*, O Correio da UNESCO marca o 2º Congresso Mundial de Recursos Educacionais Abertos em Liubliana, na Eslovênia, em setembro de 2017.

Nós vivemos em uma época de abundância de informação, em que todos, pela primeira vez na história, podem ter acesso a todo o conhecimento que desejarem. A chave para essa mudança profunda nas oportunidades de educação está nos *recursos educacionais abertos* (REA), termo cunhado pela UNESCO em 2002, materiais disponíveis que podem ser baixados, editados e compartilhados legalmente, para servir melhor a todos os estudantes.

Nos últimos 20 anos, os recursos educacionais – livros didáticos, vídeos, cursos, programas de graduação etc. – que usamos para ensinar as pessoas a ler e a escrever, a aprender sobre física e pensar criticamente já “nasceram digitais”. Embora ainda sejam usadas cópias impressas e a remessa de materiais didáticos por fora da internet, sempre existe o arquivo digital. Graças à internet, ao baixo custo do espaço em disco e à computação em nuvem, agora podemos armazenar, distribuir e fazer cópias de recursos educacionais digitais com custo marginal zero.

Porém, como os educadores podem compartilhar conteúdo de aprendizagem

por Cable Green

A falta de acesso universal a recursos educacionais eficientes continua sendo um problema mundial. Porém, segundo Cable Green, a boa notícia é que a educação aberta está ampliando o acesso, reduzindo os custos e melhorando a aprendizagem de estudantes em todo o mundo.

digital sem violar leis de direitos autorais (*copyright*) – ou seja, como eles podem compartilhar legalmente?

A principal característica distintiva de um REA é sua licença aberta de direitos autorais e as permissões legais que a licença concede ao público para usar, modificar e compartilhar esse conteúdo. Se um recurso educacional não apresenta uma indicação clara de que está em domínio público ou tem licenciamento aberto, ele não é um REA.

A forma mais comum de dar licença aberta a recursos educacionais protegidos – ou seja, torná-los REA – é por meio da iniciativa *Creative Commons* (CC). Estas são licenças padronizadas, para uso livre, de direito autoral aberto que já foram aplicadas a mais de 1,2 bilhão de trabalhos protegidos legalmente, publicados em 9 milhões de *websites*, de acordo com o relatório *State of the Commons* de 2015. Quando os autores aplicam uma licença CC ao seu trabalho, eles continuam sendo detentores dos direitos autorais e compartilham o trabalho com o público de graça, sob os termos e as condições que escolherem.



Maximizar as potencialidades dos REA

Vale mencionar que “aberto” não significa “gratuito”. Todos os REA podem ser acessados livremente, mas nem todos os conteúdos gratuitos são REA. Muitos *Massive Open Online Courses* (MOOCs), por exemplo, são gratuitos, mas não são abertos. O acesso a certo MOOC pode ser gratuito, mas ele somente é considerado REA se o seu conteúdo tiver licença aberta ou se estiver em domínio público. Isso se torna criticamente importante quando se deseja traduzir um MOOC para línguas diferentes e/ou modificá-lo, para que se adapte ao contexto local e às necessidades dos alunos.

Os REA podem ser gratuitamente retidos (guardar uma cópia), reutilizados (usar tal como são), revisados (adaptar, ajustar, modificar), reformulados (misturar com conteúdo diferente para criar algo novo) e redistribuídos (compartilhar cópias com outras pessoas) sem que as leis de propriedade intelectual sejam desrespeitadas. É claro que, se a intenção é maximizar as potencialidades dos REA, educadores e estudantes também devem ter acesso a infraestruturas de tecnologia de informação e comunicação (TIC) – computadores, dispositivos móveis e conexão de internet, em todos os espaços para todas as pessoas.

Em suma, os REA são possíveis porque:

- a) os recursos educacionais são digitais – a maior parte dos REA “nasceu digitalmente”, embora seja possível disponibilizar REA aos alunos em formatos digital e impresso – e recursos digitais podem ser armazenados, copiados e distribuídos a um custo quase nulo;
- b) graças à internet, o compartilhamento de conteúdo digital é muito simples para qualquer pessoa; e
- c) as licenças abertas da *Creative Commons* são uma forma simples e legal de se manter os direitos autorais e compartilhar legalmente recursos educacionais com o mundo.

Os recursos educacionais abertos tornam o acesso à educação mais fácil



© Patric Sandri

Que diferença fazem os REA?

Quando faculdades e universidades fazem a transição para os REA, isso possibilita uma série de mudanças educacionais positivas. A primeira coisa que acontece é que o acesso igualitário a recursos educacionais aumenta. Todos os alunos podem ter acesso a todos os recursos educacionais que foram elaborados para que eles tenham um bom desempenho em sala de aula desde o primeiro dia. Isso pode soar óbvio, mas, mesmo nos Estados Unidos, dois terços dos alunos de faculdades e universidades não compram os livros didáticos requeridos para suas disciplinas, porque não podem pagar por eles.

O segundo impacto positivo é que todos os estudantes adquirem acesso a conteúdos educacionais relevantes e contextualizados, e que foram elaborados para eles. Um professor em Mumbai pode baixar um livro didático com licença aberta que foi compartilhado pela Universidade de Barcelona, traduzi-lo para o hindi e atualizá-lo com exemplos que chamem a atenção de seus estudantes.

O terceiro é que os resultados da aprendizagem aumentam ou continuam iguais, enquanto o custo cai para próximo de zero. Quando todos os alunos de uma sala de aula têm acesso a todos os recursos desde o primeiro dia, eles têm bom desempenho. Uma análise, publicada em um periódico, realizada com mais de 16 mil estudantes de instituições públicas mostrou que estudantes que usam materiais didáticos abertos têm desempenho igual, se não melhor, do que os que usam materiais didáticos tradicionais (Fischer, Lane; Hilton, John; Robinson, T. Jared; Wiley, David. A multi-institutional study of the impact of open textbook adoption on the learning outcomes of post-secondary students, *Journal of Computing in Higher Education*, 2015).

Quarto, observou-se que a proporção de alunos que completam os cursos aumenta. Em uma aplicação controlada de REA no *Tidewater Community College*, alunos que usam REA em vários formatos de cursos tiveram uma taxa de desempenho até 11% melhor em termos de resultados e conclusão de curso (Fischer, Lane; Hilton, John; Wiley, David; William, Linda. Maintaining momentum toward graduation: OER and the course throughput rate. *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 2016).

Os alunos permanecem nos cursos e têm bons desempenhos quando têm acesso a todos os recursos educacionais de que precisam para avançar. Como mais alunos estão completando seus cursos, o tempo que levam até obter o diploma também é reduzido. Com os REA, as instituições educacionais ajudam os estudantes a navegar em suas oportunidades educacionais com maior velocidade e sucesso – trata-se de um investimento público mais eficiente.



© Leonardo Ulian (www.leonardoulian.com)

Microchip Synapses 29: Between the Now and the Infinite (Sinapses de microchips 29: entre o agora e o infinito), do artista italiano Leonardo Ulian. (<http://www.leonardoulian.com/>)

Quinto, uma vez que temos REA em nossos espaços de aprendizagem, alunos e professores podem realizar a mudança para práticas educativas abertas – “práticas colaborativas que incluem a criação, a utilização e o reutilização de REA e práticas pedagógicas que empregam tecnologias participativas, aprendizagem entre pares, criação e compartilhamento de conhecimento e o empoderamento dos estudantes” (Cronin, Catherine. Openness and praxis: exploring the use of open educational practices in higher education. *The International Review of Research in Open and Distributed Learning*, 2017). De acordo com Cronin, os alunos se tornam coprodutores, geradores e criadores de conhecimento; eles podem criar, atualizar e aprimorar os REA enquanto aprendem.



Necessidade de políticas de apoio

Uma forma pela qual os governos podem apoiar a educação aberta é por meio da adoção uma política simples: exigir que recursos educacionais financiados publicamente tenham licença aberta.

Políticas de licenciamento abertas para a educação inserem requisitos de licenciamento aberto em sistemas de financiamento existentes (por exemplo, subsídios, contratos ou outros acordos) que criam recursos educacionais, transformando assim o conteúdo em REA e alterando o formato padrão dos recursos educacionais financiados com verbas públicas, de “fechados” para “abertos”. Esse é um argumento particularmente forte relativo a políticas educacionais: se o público paga por recursos educacionais, o público deve ter o direito de acessar e utilizar esses recursos sem custos adicionais e com toda a gama de direitos legais necessários para modificar os REA, de forma a atender a suas necessidades locais.

Isso pode parecer óbvio, mas não é a regra. Infelizmente, quase sempre o que acontece é que os recursos educacionais financiados publicamente são comercializados de tal forma que o acesso é restrito aos que estão dispostos a pagar uma segunda vez por eles.

Por que os cidadãos de um país deveriam ser obrigados a pagar duas vezes por um recurso educacional pelo qual já pagaram?

Governos, fundações e instituições educacionais podem e devem implementar políticas de licenciamento aberto para a educação, exigindo licenças abertas para os recursos educacionais produzidos com o seu financiamento. Políticas de licenciamento aberto fortes tornam essa espécie de licenciamento obrigatória e aplicam uma definição clara de licença aberta, usando idealmente a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) que concede direitos integrais de reutilização, desde que o autor original seja indicado.

A boa notícia é que as políticas de educação aberta estão acontecendo. Em junho de 2012, ocorreu na Sede da UNESCO o Congresso Mundial de Recursos Educacionais Abertos, que produziu a Declaração de Paris de 2012 sobre os REA, que inclui um pedido para que os governos “incentivem o licenciamento aberto de materiais educacionais produzidos com recursos públicos”. É um prazer poder afirmar que muitos governos seguiram essa recomendação.

Para concluir, se queremos que os REA se disseminem, se queremos coleções de REA selecionadas para todos os anos escolares, em todas as matérias e em todas as línguas, adaptadas às necessidades locais; se queremos que exista um financiamento significativo disponível para a criação, a adoção e a atualização contínua dos REA, então, precisamos de: a) conscientização universal e apoio sistemático para os REA, e b) adoção em larga escala de políticas de licenciamento aberto para recursos educacionais. Quando todos os educadores forem defensores ferrenhos do acesso gratuito e aberto aos seus recursos educacionais, quando mudarmos as regras sobre o uso de verbas públicas, quando o padrão de todos os recursos educacionais financiados por dinheiro público for “aberto” e não “fechado”, estaremos vivendo em um mundo no qual todos poderão alcançar toda a educação que desejarem.

Cable Green (EUA) é diretor de Educação Aberta na *Creative Commons*, que inclui mais de 500 pesquisadores, ativistas, defensores das áreas de direito, educação, ciência, museus e políticas, e voluntários que integram a rede mundial CC em mais de 85 países.





Dar voz à juventude!

Notícias

Para o Dia Internacional da Juventude, celebrado em 12 de agosto, *O Correio* dedica estas páginas aos projetos da UNESCO destinados às gerações jovens que desejam se envolver no diálogo e em ações voluntárias.

“Se Eu Fosse...”

“Esses túmulos que nos mantêm vivos” é uma legenda estranha para uma fotografia também estranha, tirada por Vesal Sulaiman, 27 anos, que vive na Alemanha. “Isso me enche de tristeza e de alegria”, diz ele. A imagem eternizou o momento em que, durante sua viagem a Cabul, ele viu crianças forçadas a limpar túmulos em troca de dinheiro. No meio do inverno e com as mãos congeladas pelo frio, as crianças subiam até o topo da colina atrás da mesquita para buscar água! Quando Sulaiman perguntou se elas gostavam de seu trabalho, elas responderam: “Sim, ele nos permite ir à escola”.

“Eu tentei imaginar como seria ser uma dessas crianças”, explica Vesal, um dos dez finalistas do concurso *Se Eu Fosse...*, lançado pela UNESCO nas redes sociais em árabe, espanhol, francês e inglês, de 24 de fevereiro a 12 de março de 2017. Nesse período de duas semanas, a UNESCO recebeu 837 trabalhos de 117 países de todo o mundo.

Através da lente de uma câmera fotográfica ou de vídeo, os participantes, com idade entre 21 e 30 anos, imaginaram a si mesmos na pele de outra pessoa.

Os dez finalistas – cada um deles ganhou um mini iPad – foram convidados a apresentar suas fotos e vídeos na Segunda Conferência Internacional sobre Voluntariado e Diálogo da Juventude: Prevenir o Extremismo Violento e Fortalecer a Inclusão Social (*Second International Conference on Youth Volunteering and Dialogue: Preventing Violent Extremism and Strengthening Social Inclusion*), a ser realizado na Sede da UNESCO em Paris, de 25 a 27 de setembro de 2017.

Durante os três dias desse evento, mais de uma centena de jovens participantes de todas as partes do mundo terão



© UNESCO / Vesal Sulaiman

a oportunidade de compartilhar as experiências e os conhecimentos que adquiriram como voluntários em diferentes campos relacionados ao mandato da UNESCO. Eles são convidados a propor projetos colaborativos com o objetivo de promover a solidariedade, a empatia, o pensamento crítico, o compromisso social e o envolvimento cívico.

Foram escolhidos quatro temas para as oficinas e as sessões plenárias: refugiados e migração; educação intercultural; o papel dos meios de comunicação e das mídias sociais na construção do diálogo positivo; e o envolvimento da juventude com o patrimônio cultural e as artes.

Contato: youth-conference@unesco.org

Voluntários do Patrimônio Mundial

Lançada em 2008, a iniciativa Voluntários do Patrimônio Mundial (*World Heritage Volunteers*) fornece aos jovens a oportunidade de se dedicar à proteção do Patrimônio Mundial – por meio da aquisição de habilidades e competências, e também pela imersão na vida de comunidades locais.

Para o seu décimo aniversário, a campanha propõe a implementação de 51 projetos de ação de jovens em 32 países, entre maio e novembro de 2017. Este ano, o complexo de templos de Vajrayogini, localizado no vale de Kathmandu, Nepal; os mosteiros construídos no século XVI nas encostas de Popocatepetl, no México; os parques e jardins de Weimar, na Alemanha; os altos cumes do Parque Nacional das Montanhas Rwenzori, em Uganda; e muitos outros lugares excepcionais no mundo dão as boas-vindas a jovens preocupados com a proteção do patrimônio comum da humanidade.

A campanha faz parte do Programa de Educação sobre o Patrimônio Mundial, lançado em 1994. Esse programa visa a estimular e formar os tomadores de decisões do futuro para que participem da conservação do patrimônio e respondam às contínuas ameaças que ele enfrenta.

Contato: Ines Yousfi (i.yousfi@unesco.org)

Um fórum de jovens em uma reserva da biosfera

Jovens, especialmente aqueles que vivem ou trabalham em reservas da biosfera, são o futuro dessas áreas que abrangem ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros. A UNESCO acredita que os jovens devem ter uma voz na formação de seu território e na definição de seu compromisso com o Programa O Homem e a Biosfera (MAB).

Isso fez com que o Secretariado do MAB e o Escritório Regional da UNESCO em Veneza organizassem o Fórum de Juventude MAB de 2017 (*2017 MAB Youth Forum*), na Reserva da Biosfera Delta do Pó, na Itália, de 18 a 23 de setembro. Quando a iniciativa foi anunciada pela primeira vez durante o 4º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera em Lima, Peru, em março de 2016, ela foi aplaudida de pé!

Destinado a jovens com idade entre 18 e 35 anos, o Fórum tem como objetivo assegurar que eles se tornem agentes da mudança e promotores de uma sociedade mais igualitária e sustentável. O intercâmbio

de melhores práticas e a promoção das reservas da biosfera como ferramentas para se atingir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – da boa gestão dos recursos naturais à economia verde, do turismo sustentável à educação – são focos importantes do Fórum.

O Fórum também está alinhado à Estratégia Operacional da UNESCO sobre a Juventude (2014-2021) (*UNESCO's Operational Strategy on Youth*), desenvolvida a partir da premissa de que os jovens são parceiros e atores-chave para o desenvolvimento e a paz.

Jovens interessados participaram de uma consulta *online* de grande escala, para produzir ideias sobre as questões que serão discutidas no Fórum. Surgiram três áreas temáticas principais: a contribuição dos jovens para a vida das reservas da biosfera; pesquisa e estudo sobre o desenvolvimento sustentável das reservas da biosfera; e um futuro sustentável para os jovens, dando voz a suas preocupações e estimulando um intercâmbio de melhores práticas e ideias para negócios, a serem submetidas a potenciais doadores.

Contato: Philippe Pypaert (p.pypaert@unesco.org)

Estimular o diálogo entre os jovens

Por meio de sua presença em 195 Estados-membros em todo o mundo, a UNESCO tem como objetivo promover um meio ambiente que ajude os jovens a florescer como indivíduos e a se tornarem cidadãos

responsáveis. Ela faz isso estimulando a inovação, a criatividade e a reflexão, especialmente em assuntos urgentes como os conflitos interculturais e inter-religiosos.

Para transformar esses ideais em realidade, o Escritório da UNESCO em Almaty, Cazaquistão, sediará a Primeira Conferência da Juventude sobre Diálogo Intercultural e Inter-religioso (*First Youth Conference on Intercultural and Interreligious Dialogue*), em 21 de setembro de 2017. Reunindo jovens pesquisadores e ativistas do Cazaquistão, do Quirguistão, do Tajiquistão e do Uzbequistão, a Conferência terá como objetivo encontrar soluções para ajudar a resolver os conflitos entre culturas e religiões que ocorrem na região.

Haverá um programa completo de atividades, incluindo uma oficina sobre diálogo intercultural, uma introdução a várias culturas da região, e oportunidades para o compartilhamento de experiências. Os participantes também irão aprender a compreender as atitudes e reações de outras culturas, assim como a refletir sobre formas de superar os problemas interculturais.

Essa iniciativa foi pensada para promover o diálogo entre religiões, tradições espirituais e humanistas, e para permitir a compreensão de suas interações e influências, com a finalidade de combater o preconceito e construir o respeito mútuo.

Contact : Arina Plokhikh (a.plokhikh@unesco.org)

Crianças aprendem sobre a natureza e o meio ambiente enquanto fazem canoagem, na Reserva da Biosfera de Aya, Japão.



© Aya Biosphere Reserve

Um novo começo para O Correio da UNESCO

“Apenas o nome desta publicação emblemática evoca a essência da nossa Organização. Desde seu primeiro número, publicado em fevereiro de 1948, para o que eu seguro em minhas mãos, O Correio manteve-se fiel à sua missão de promover os ideais humanistas da UNESCO, servir de plataforma para o diálogo entre culturas, e constituir um fórum de debate internacional”.



© UNESCO

“Apenas o nome dessa publicação emblemática evoca a essência da nossa Organização, sua história, seus valores. Desde seu primeiro número, publicado em fevereiro de 1948, até o que eu tenho em minhas mãos, O Correio permaneceu fiel à sua missão – promover ideias humanistas, construir pontes de diálogo entre as culturas, fornecer um espaço seguro para o debate internacional”. Foi com essas palavras que Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO, lançou O Correio da UNESCO na Casa de Hóspedes Estatal de Diaoyutai, em Pequim, China, no dia 13 de maio de 2017.

Após um intervalo de cinco anos – por razões orçamentárias – a revista iniciou

Jovens gritam “Vida longa a O Correio!” durante a cerimônia de lançamento do periódico, no dia 27 de abril, em Paris.

sua nova vida em abril de 2017, graças ao generoso apoio da República Popular da China. Publicado trimestralmente em uma edição impressa limitada, mais uma vez O Correio está disponível *online* (en.unesco.org/courier) em sete línguas: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês, português e russo. O acesso à publicação *online* é gratuito, e são necessários somente alguns cliques para consultar os arquivos.

Atualmente, está sendo desenvolvida uma estratégia para ampliar a presença *online* da revista, enquanto se buscam parceiros para versões em outras línguas.

“Nos anos 1980, a revista era publicada em mais de 35 línguas, graças à cooperação com várias Comissões Nacionais”, como lembrou Irina Bokova no lançamento de O Correio na Sede da UNESCO, realizado no dia 27 de abril de 2017. Ela acrescentou dizendo estar convencida de que a parceria com a China vai encorajar “muitos atores dos setores público e privado a se tornarem nossos parceiros, para ajudar a desenvolver O Correio em escala mundial”.

A cerimônia de lançamento de O Correio da UNESCO aconteceu em Pequim, no dia 13 de maio, com a presença da diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova; do vice-ministro-executivo do Departamento de Publicidade do Partido Comunista da China, Huang Kunming; do vice-ministro da Educação e presidente da Comissão Nacional da China para a UNESCO, Tian Xuejun; do presidente do China Publishing Group, Tan Yue; e do secretário-geral da Comissão Nacional da China para a UNESCO, Du Yue.



Exposição

Combate ao racismo “cotidiano”

O que a genética diz sobre a diversidade da espécie humana? De onde vem a xenofobia? Como é possível entender as ideias e os comportamentos racistas? Qual é o melhor modelo para viver juntos, respeitando a igualdade de direitos? Essas são algumas das questões levantadas pela exposição *Us and Them: From Prejudice to Racism* (em francês, *Nous et les Autres: Des Préjugés au Racisme*; em português, *Nós e os Outros: do Preconceito ao Racismo*), que está sendo realizada no *Musée de l'Homme* em Paris, de 31 de março de 2017 a 8 de janeiro de 2018, com o patrocínio da UNESCO.

Com base em estudos nas áreas de antropologia, biologia, sociologia e história, a exposição segue a mesma lógica de desconstrução do racismo que orienta a UNESCO em uma de suas principais missões: utilizar a ciência e a informação pública para combater preconceitos e estereótipos sobre categorias humanas, identidades rígidas e alteridade, como barreiras simbólicas entre “nós” e “eles”.

Para tanto, a exposição oferece aos visitantes uma viagem interativa que os permite refletir sobre os mecanismos individuais e coletivos que conduzem à rejeição do outro. A exposição também destaca o papel da Coalizão Internacional de Cidades Inclusivas e Sustentáveis (ICCAR), uma iniciativa da UNESCO para promover a coexistência pacífica das pessoas dentro das sociedades.



Illustration : Noma Bar



O cilindro de categorias convida os visitantes a entenderem como o processo de classificar os “outros” pode levar a estereótipos e preconceitos e, em última análise, ao racismo “cotidiano”.

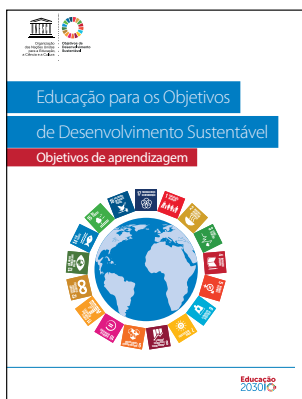
© Atelier Confino



Organisation
des Nations Unies
pour l'éducation,
la science et la culture

Edições UNESCO

www.unesco.org/brasil
grupoeditorial@unesco.org.br



Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem

Título original: *Education for Sustainable Development Goals: learning objectives*

Autor: Rieckmann, Marco

Brasília: UNESCO, 2017. 62 p.

ISBN: 978-85-7652-218-8

"O objetivo desta publicação é ser um guia para profissionais da educação sobre o uso da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) na aprendizagem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e, consequentemente, contribuir para a realização dos ODS. O guia identifica objetivos de aprendizagem indicativos e sugere temas e atividades de aprendizagem para cada ODS. Ele também apresenta métodos de implementação em diferentes níveis, desde a formulação de cursos até estratégias nacionais" (Qian Tang, diretor-geral assistente para Educação da UNESCO).

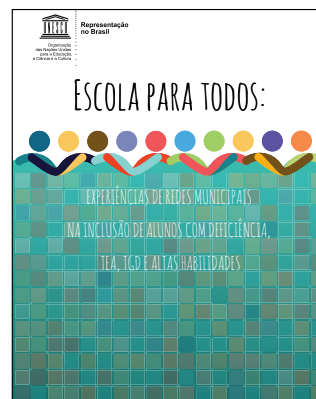


Museu de Congonhas: relato de uma experiência

Autora: Jurema Machado

Brasília: UNESCO, IPHAN, 2017.

Esta publicação descreve detalhadamente o processo que vai da concepção à criação do Museu, incluindo os primeiros resultados após sua abertura. Sua leitura permitirá observar com nitidez um caso concreto em que a Convenção do Patrimônio Mundial funcionou como uma plataforma de cooperação, pautada por seus cinco objetivos estratégicos, conhecidos como os 5Cs, em razão das palavras-chave que sintetizam cada um deles: a credibilidade da Lista do Patrimônio Mundial; o reforço ao papel das comunidades; a eficaz conservação dos bens; a capacitação dos Estados-partes; e a comunicação para aumentar a consciência e o envolvimento públicos.



Escola para todos: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e altas habilidades

Autores: Carla Mauch e Wagner Santana

Brasília: UNESCO, Mais Diferenças, MEC, 2016.

ISBN: 978-85-7652-212-6

Esta publicação trata, especificamente, da inclusão educacional das pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA), transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação ao apresentar as experiências de governos municipais com suas respectivas escolas públicas. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), ratificada pelo Brasil com status constitucional em 2009, está na base dos esforços das Nações Unidas para contribuir com a garantia dos direitos desse grupo.



Assine O Correio da UNESCO